

NACIONAL + pag/6

Guerra entre organizações criminosas e repressão policial leva a mortes e prisões nas comunidades de SP, RJ e BA

SINDICAIS + pag/11

O PSTU defende frentes e alianças sindicais oportunistas com setores do governismo considerados de "esquerda"

EDUCAÇÃO USP + pag/14

Reitoria destina meros 2,24% do orçamento da universidade em permanência estudantil!

Não é apenas para criticar aspectos das medidas governamentais; **é preciso uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin**

Cabe trabalhar junto às bases para construir uma fração revolucionária nas organizações de massas, que se apoie nas reivindicações, nos métodos da luta de classes, na democracia operária, e na real independência de classe, sob a estratégia do poder próprio das massas.

SINDICAIS

Apeoesp + pag/7

Seminário da Oposição Combativa: que tipo de frente sindical constrói?

Sinpeem + pag/10

Balanço das eleições para diretoria do SINPEEM

INTERNACIONAL África + pag/24

O imperialismo e Estados Operários degenerados **disputam hegemonia** no continente

INTERNACIONAL Espanha + pag/25

Direita e esquerdas burguesas não alcançam maioria para formar o novo governo burguês

Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!



PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**



ppri4.org

ppri.partido@proton.me

correntesindicalmarxistagloria@proton.me //

correnteestudantilmarxistagloria@proton.me

Não é apenas para criticar aspectos das medidas governamentais; é preciso uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin

Os rendimentos declarados por indivíduos em lucros e dividendos alcançaram os US\$555 bilhões em 2021, 44,6% a mais que em 2020. Esses rendimentos não pagam imposto de renda. A cada R\$100 declarados como lucros e dividendos, R\$74 ficaram nas mãos do 1% mais rico (no ano anterior, eram R\$70 – cresceu portanto a concentração de renda). Enquanto isso, a média salarial no país é de menos de R\$3 mil. 21 milhões de famílias sobrevivem com o Bolsa Família. O desemprego oficial recuou 0,2%, mas o crescimento do número de trabalhadores sem carteira se iguala a essa redução (303 mil na comparação trimestral), sem falar das contratações do setor público (12,2 milhões). O que representa queda no emprego para trabalhadores de carteira assinada (dados da *Folha de S. Paulo*).

Esses dados mostram para onde aponta a economia no Brasil: grande crescimento dos ganhos dos capitalistas, e redução dos níveis de emprego regular e salários.

É nesse quadro que se pode avaliar a política econômica do governo Lula/Alckmin. A aprovação da Reforma Tributária complementa o chamado Arcabouço Fiscal. Não são apenas medidas isoladas ou aspectos da conduta do governo, mas a essência da política econômica governamental.

De um lado, o Arcabouço Fiscal cortará profundamente os gastos públicos. Passados sete meses de governo, o déficit primário não alcançou ainda os R\$50 bilhões, sendo que o Congresso Nacional aprovou a possibilidade de mais de R\$200 bilhões, no início do mandato. O corte de gastos públicos em serviços sociais, investimentos, e com salários e contratações, causa entusiasmo entre os parasitas capitalistas. Mais de meio trilhão de reais acabará em seus bolsos, em mais um ano de concentração de riqueza, fora os ganhos de pessoas jurídicas (bancos, fundos de investimento, fábricas, agronegócio, etc.). É bem possível que o ministro Haddad cumpra o prometido aos investidores nacionais e internacionais: déficit primário de no máximo 1% do PIB. O sustento do parasitismo está tão garantido que o Brasil tem ganhado notas melhores dos bancos e agências de investimento internacionais. A inflação ao redor de 3% e o PIB com crescimento vegetativo de 2% garantem uma redução de gastos federais de mais R\$ 10 bilhões (*O Estado de S. Paulo*).

A reforma tributária, que na aparência apenas reduz o número de impostos, na verdade concentrará ainda mais a arrecadação nas mãos do governo federal, que decidirá por meio de um Conselho como repartir a verba entre os estados e municípios (privilegiando os mais populosos e desenvolvidos); isto, depois de garantido o pagamento dos parasitas do

capital financeiro. Os capitalistas que produzem na indústria e no agronegócio serão beneficiados, com redução ou isenção (devolução) de impostos pagos. Para não desequilibrar as contas, a população assalariada terá de arcar com mais confisco, por meio da elevação de taxas – e com elas, dos preços. Estima-se a necessidade de arrancar pelo menos 28% do PIB em impostos, para sustentar o parasitismo financeiro.

A aprovação das medidas governamentais de proteção ao capital financeiro precisa de apoio da maioria no parlamento. Essa maioria é comprada pelo governo, seja por meio da liberação de verbas do orçamento secreto, seja pela entrega de cargos no ministério ou no 2º escalão. Mas ela corresponde aos interesses gerais da burguesia, de dentro e principalmente de fora do país. A força gravitacional do governo Lula não procede de suas próprias capacidades, mas sim das pressões do imperialismo e do grande capital nacional. Assim, os partidos burgueses, mesmo os mais direitistas, se vão perfilando por trás do governo Lula/Alckmin. PP e Republicanos assumirão ministérios, e o PL estará entre a ruptura com Bolsonaro ou a perda de parte da bancada para o governismo, fato que já se realiza nas votações de projetos na Câmara dos Deputados.

A colaboração das direções com a patronal para fechar ou suspender o trabalho de fábricas se traduz em mais traição das direções burocráticas sobre a classe operária e demais assalariados.

Nas fábricas, especialmente no setor automotivo, as férias coletivas e o lay-off continuam a ser aplicados, mesmo com os subsídios do governo. As direções sindicais burocráticas aceitam os acordos com a patronal, de redução de direitos, com suposta garantia de emprego até 2025, mas permitindo de fato a demissão e a terceirização. O arrocho salarial atual é gigantesco, não há possibilidade de crescimento nas vendas,

mesmo com os subsídios às montadoras. A colaboração das direções com a patronal para fechar ou suspender o trabalho de fábricas se traduz em mais traição das direções burocráticas sobre a classe operária e demais assalariados.

As direções sindicais e populares em geral, em todos os níveis, declararam apoio ao Arcabouço Fiscal e à Reforma Tributária, ainda que com críticas. Isso representa a alienação das organizações de massa ao governo, e a negação prática das reivindicações dos explorados. As negociações entre elas e o governo se dão antes mesmo da abertura das campanhas salariais, que só servem na prática para aprovar aquilo que já foi objeto de acordo com o governo, e aplicação da política governamental. As tentativas das direções sindicais, de fazerem movimentos de rechaço à taxa de juros do Banco Central (13,75% anuais), são mais um sintoma da sua subordinação a uma fração burguesa, patronal, contra a outra, financeira, ignorando que de fato elas não estão em campos opostos.

O controle do governo sobre as organizações das massas é um obstáculo às possibilidades de luta nacional e unitária das massas por suas reivindicações gerais e específicas. O que reforça a necessidade de luta pela real independência de classe, que como tal só pode ser o combate à burguesia e seus governos em todas as instâncias.

As esquerdas em geral se dividem entre os abertamente governistas e os falsos “não governistas”. A maior parte do PSOL debandou para o governismo explícito, afinal, são parte do governo, mesmo. Alguns setores se declaram “independentes”, mas não erguem a luta de oposição revolucionária às medidas antinacionais e antipopulares. E há a CSP-Conlutas, que se diz “oposição de esquerda”, mas faz chapas com os governistas petistas e psolistas em sindicatos. Ainda existem os que pretendem uma “oposição de esquerda revolucionária”, que no fundo é a posição do PSTU (não se contrapõem a ela), mas declamada em tom radical.

A política de “oposição de esquerda” do PSTU é conhecida. Propõe um programa “radical” supostamente “realizável” ainda no capitalismo, a ser defendido eleitoralmente por uma “frente classista”, no âmbito das eleições burguesas (chamou-se de “polo classista” em 2022), e também para intervir em frentes eleitorais sindicais.

Essa frente não serve como meio de organização da uni-

dade na luta pelas reivindicações mais sentidas pelas massas. A frente única que se coloca para cumprir essas tarefas é a de oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, que expressará a real independência de classe, que como tal só pode se concretizar na luta de classes, em defesa de uma plataforma de reivindicações das massas e, portanto, contra as medidas do governo.

Os congressos que se realizam neste momento são voltados a angariar apoio político e organizativo ao governo Lula. Não se organizam a partir da organização das bases, por meio de suas assembleias livres e democráticas, para erguer um programa de luta pelas reivindicações, com real independência de classes. A eleição burocrática de delegados, sem discussão nas bases, por indicação e subordinada às direções burocráticas, é um reforço a esse teatro governista.

Cabe denunciar essas farsas burocráticas, e trabalhar junto às bases para construir uma fração revolucionária nas organizações de massas, que se apoie nas reivindicações, nos métodos da luta de classes, na democracia operária, e na real independência de classe, sob a estratégia do poder próprio das massas. As contradições do capitalismo levam as massas a se chocarem com os exploradores. Cabe ao partido proletário impulsioná-las e unificá-las, para dar passos em direção à Revolução Proletária. ●



Plano Safra despejará bilhões nas mãos da burguesia do Agronegócio

Anunciado pelo governo federal, o Plano Safra despejará 364,22 bilhões nas mãos dos agronegociantes. Com 27% a mais que do governo Bolsonaro, o governo fez sua apresentação de forma apoteótica, os governistas fizeram questão de exaltar o plano, o ministro Fernando Haddad, em sua fala, disse que esse é o maior da história.

Para a agricultura familiar (pequenos produtores), o principal setor que abastece as casas em todo o Brasil, serão apenas 3,2% do montante, somente R\$ 11,6 bilhões irão para esse importante setor. Os juros variam entre 0,5% e 5%

ao ano. Os montantes representam aumentos de 5% e 103%, respectivamente, em relação ao último ano-safra. Apesar de o governo fazer questão de mostrar o crescimento do percentual repassado para a agricultura familiar, este ainda recebe um valor ultra minoritário, como podemos perceber. Os tubarões do agronegócio abocanham 96,8% do montante total do financiamento. Aqui podemos perceber que Lula segue a diretriz de Temer e Bolsonaro, não só com o Arcabouço Fiscal (teto de gastos de Temer e apelidado pelos petistas de PEC do fim do mundo) mas também quando o

assunto é o parasitismo financeiro das burguesias imperialista e nacional, em relação aos cofres públicos. O fenômeno da crise estrutural do capitalismo coloca os capitalistas a pressionar os governos a abrirem os cofres públicos em seu favor. Uma pequena parte é dada aos pobres, como forma de criar uma cortina de fumaça para tentar esconder a sanha dos capitalistas.

A FALÁCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Plano Safra deste ano prevê também o aumento de verbas para o Pro-

A mudança para produtos mais rentáveis do agronegócio contribuiu com o crescimento da fome. Isso explica o porquê desses produtos estão tão caros e difíceis de serem colocados nas mesas dos explorados Brasil afora. Além disso, os pesquisadores da área de nutrição, economia, agronomia, sociologia e geografia perceberam que a qualidade dos alimentos vem caindo, consideravelmente.



na jovem. O financiamento irá, de 20 mil, para 25 mil, reduzindo os juros, de 5%, para 4%. Este ano, o Plano incluirá agricultores indígenas e quilombolas. O Programa prevê ainda a redução dos juros em 0,05% para os agricultores que, segundo o governo, conseguirem reduzir a “pegada de carbono”. Aqui temos outra cortina de fumaça do governo, que usa a falácia da sustentabilidade para esconder que, nesta fase de crise do capitalismo, não é possível reduzir a degradação ambiental. Uma produção menos agressiva ao meio ambiente ficará mais cara e os capitalistas veriam seus lucros cair. Entre ampliar a fronteira agrícola ou recuperar o solo, por exemplo, o agronegócio prefere degradar as poucas áreas virgens que restam, assim ganharão dinheiro com a madeira derrubada das florestas, por exemplo.

O governo se esforça, com seu discurso ideológico, para esconder sua política, quando o assunto é a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, a fala da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, serve a esse propósito: “O governo trabalhou junto, para encontrar mecanismos viáveis para que essa importante política de apoio ao setor agropecuário brasileiro possa conter os instrumentos adequados, para incentivar os produtores rurais a aderirem a uma transição para a economia de baixo carbono”. Marina diz que “o Plano Safra está em sintonia com a ideia do governo em busca do modelo de desenvolvimento sustentável, que privilegia o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção do meio ambiente”. Esse é o típico discurso do governo que

quer transformar a exceção à regra em regra geral. Até outro dia, Marina chorava as pitangas quando, sob pressão do agronegócio, o governo Lula transferiu as principais atribuições desses dois ministérios para o ministério da Agricultura e da Justiça. Essa ação mostra que, seja com Bolsonaro ou Lula, é o agronegócio quem manda, nesse caso, as oligarquias.

O AGRONEGÓCIO CRESCE TOMANDO AS ÁREAS DE PRODUÇÃO DE ARROZ E FEIJÃO

A propaganda em torno do agronegócio, nos últimos anos, tem servido para esconder que este tipo de produção agroexportadora deixa para trás um lastro, não só de destruição ambiental, mas também de ampliação da fome, no país que se orgulha em ser considerado um dos celeiros mundiais, pela sua produção de grãos. Nesse sentido, é importante que os brasileiros se perguntem, que produção é essa e para que serve essa produção? O setor foi responsável por 47,6% das exportações no Brasil, o crescimento dos volumes exportados dos produtos agropecuários foi reforçado pelo aumento da produção da safra de grãos 2021/2022, que alcançou 271,4 milhões de toneladas. Milho e soja foram as principais culturas, com quase 113 milhões de toneladas e 126 milhões de toneladas, respectivamente.

Os setores exportadores que se destacaram entre janeiro e dezembro de 2022 foram: complexo soja (US\$ 60,95 bilhões, 38,3% do total); carnes (US\$ 25,67 bilhões, 16,1% do total); produtos florestais (US\$ 16,49 bilhões, 10,4% do total); cereais, farinhas e preparações (US\$ 14,46 bilhões,

9,1% do total) e complexo sucroalcooleiro (US\$ 12,79 bilhões, 8% do total).

As importações de produtos do agronegócio no ano passado registraram US\$ 17,24 bilhões. O resultado é explicado pela alta dos preços médios (+13,8%), já que o volume importado caiu no período analisado (-2,4%).

Com esses dados, percebemos que a maior parte do que é produzido vai para a exportação, esse setor foi responsável por 24,8% do PIB brasileiro, no ano passado, o PIB foi de aproximadamente 9,9 trilhões.

Nesse cenário de crescimento da indústria agroexportadora, passou despercebido nas pesquisas da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – e do IBGE, que apontam que, de 2006 a 2022, a área de plantio de arroz e feijão reduziu em 30%. A mudança para produtos mais rentáveis do agronegócio contribuiu com o crescimento da fome. Isso explica o porquê desses produtos estão tão caros e difíceis de serem colocados nas mesas dos explorados Brasil afora. Além disso, os pesquisadores da área de nutrição, economia, agronomia, sociologia e geografia perceberam que a qualidade dos alimentos vem caindo, consideravelmente. As pesquisas apontam que a composição do ketchup contém apenas 25% de tomate, estudos semelhantes apontaram o mesmo em pesquisas de bebidas, como cerveja e vinho. Como podemos ver, o agro não é pop, ao contrário amplia a degradação ambiental, e produz uma alimentação com menor potencial nutricional, além da excessiva quantidade de venenos na comida. ●

Segunda “rodada” de negociação do funcionalismo na Mesa Nacional de Negociação Permanente

Ocorreu, no dia 25 de julho, mais uma reunião da MNNP, com a participação dos dois Fóruns nacionais de servidores públicos federais, o Fonasefe (do qual participa o ANDES-SN) e o Fonacate, além de representantes de Centrais Sindicais. O objetivo desta reunião foi a de discutir a pauta “não-remuneratória”, o que inclui tanto normativas que deveriam ser “revogadas”, quanto algumas reivindicações das entidades sindicais.

Entre os pontos protocolados no dia 18 de julho, colocava-se (a) a alteração da “Instrução Normativa 02/2018”, que trata das jornadas de trabalho do funcionalismo federal; (b) a revogação da “Instrução Normativa 54/2021”, que limita o direito de greve no setor; (c) a modificação dos “Decretos 9262/2018 e 10.185/2019”, que limitam as vagas em concursos públicos; (d) a alteração do “Decreto nº 10.620/2021”, que trata da política de desenvolvimento do pessoal da administração pública; (e) a revogação do “Decreto nº 10.620/2021”, que passou a gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS); (f) o arquivamento da PEC 32/2020, que trata da Reforma Administrativa; (g) a alteração do “PL 252/2003”, que trata dos concursos públicos; (h) a inclusão de “Licença para Exercício Classista”, sem ônus para entidades e com ônus para o Estado; (i) a revogação do Decreto 10328/2020 e da Portaria 209/2020, que permitiram ao governo federal romper com a “consignação sindical” sem aviso prévio.

Como se vê, são pontos com pesos políticos e econômicos distintos. Sem dúvida, os pontos (b), (e) e (f) são os mais graves, porque dizem respeito ao direito de greve e a medidas que impactam em toda a estrutura do Estado, e de sua relação com o funcionalismo federal. De tudo isso, apenas em relação aos dois últimos pontos, sobre a “licença classista” e a “consignação sindical”, o governo indicou estudar o “conteúdo” e apresentar uma proposta já nas próximas reuniões. As entidades sindicais, a exemplo da direção do ANDES-SN, mostraram-se “decepcionadas” com a postura do governo. A representante do ANDES-SN, presente na reunião, indicou que “exigia” o “compromisso do governo federal para a retirada imediata dessa proposta”, referindo-se à PEC 32, do governo Bolsonaro, de contrarreforma administrativa.

Assim como em relação a outras medidas, como a Reforma Trabalhista e a Previdenciária, cujo conteúdo foi atacado nas eleições de 2022 pelas esquerdas, o governo de frente ampla não pretende, de fato, revogar nada. No máximo, como o fará com a Reforma do Ensino Médio, é propor alterações, que não têm impacto econômico. Mesmo que a PEC da Reforma Administrativa não caminhe, outras medidas com o mesmo objetivo, de estrangular os serviços públicos, serão aventadas e, provavelmente, votadas nos próximos anos. É uma política do capital financeiro, do imperialismo, que os governos burgueses, de direita ou de esquerda, assumem, independente dos “compromissos” eleitoreiros que apresentem para arregimentar votos, e arrastar as burocracias sindicais em seu apoio.

Mesmo com esta postura do governo e de sua “Mesa Nacional”, as direções sindicais do funcionalismo continuam a defender o imobilismo, a passividade diante da “negociação” fraudulenta. Continuam, portanto, a colaborar com o governo.

As direções que compõem o FONASEFE, que reúne o grosso do funcionalismo federal (as camadas com salários menores em relação à base do FONACATE), estavam chamando, como parte da “mobilização”, uma “live” para o dia 1º de Agosto, para tratar da Campanha Salarial de 2024, e debater a pauta já protocolada (salarial e não-salarial), bem como descrever os passos do governo. No entanto, de forma unilateral, o governo indicou, no dia 28 de julho, que adiaria a nova reunião para o dia 10 de agosto. Então, a direção do FONASEFE também “adiou” a “plenária” virtual para o dia 08 de agosto.

Além desta “plenária/live”, as entidades estavam chamando um Dia Nacional de Lutas, nos estados e no DF, um ato para o dia 04 de agosto, quando seria a próxima reunião com o governo. Assim, em virtude do calendário do governo, o Dia de Luta foi adiado para o dia 10.

Para o dia 10, a direção do ANDES-SN “orienta que sejam feitas atividades, prioritariamente nos locais de trabalho – como café da manhã, lanche coletivo, debates, aulas públicas e atos –, para envolver a categoria no debate em torno dos itens da pauta de reivindicações”. Ou seja, no Dia de Luta, guiado pelo calendário do governo, não há orientação para paralisação e atividades conjuntas e nacionais entre a categoria do magistério federal. E, apenas após a resposta oficial do governo, a direção do ANDES-SN orienta que sejam realizadas as rodadas de assembleias, que, antes, ficariam entre os dias 07 a 11 de agosto, nas universidades e nos institutos federais, mas que foram jogadas para a semana seguinte, sempre a colaborar com o governo.

Enquanto, no passado, as Campanhas Salariais eram organizadas, desde o início do ano, por meio das assembleias, das rodadas em cada instituição de ensino federal, agora elas são chamadas apenas para confirmar a proposta rebaixada do governo, como já foi feito no primeiro semestre deste ano, quando a direção do ANDES-SN confirmou a proposta dos 9%, mesmo quando nem 1/3 das universidades e institutos tinham realizado as assembleias ou se mobilizado durante as semanas de “negociação”. Trata-se, portanto, de uma manifestação da política governista, que dirige o sindicato nacional do magistério federal, e que, sem dúvida, se reproduz nas demais entidades do funcionalismo: enquanto se criticam as “limitações” do governo que não “cumpre” suas promessas, continuam a sustentá-lo por meio da desmobilização das categorias e da colaboração com suas medidas.

É preciso romper com a política de colaboração de classes! O conjunto do funcionalismo federal deve levar suas reivindicações em suas assembleias de base, organizando os comitês de mobilização, organizando os atos e atividades locais, estaduais e nacional. Não podemos confiar nas direções sindicais que assumiram o governismo, destruindo a independência de classe. Com nossas reivindicações salariais, na luta contra as contrarreformas e em defesa dos serviços públicos, podemos colocar, por meio dos métodos da ação direta, o governo contra a parede e exigir uma real negociação. Por uma verdadeira Campanha Nacional do funcionalismo federal! Levantar as reivindicações salariais, a luta por direitos, por empregos, contra o privatismo e pela derrubada das contrarreformas! ●

Guerra entre organizações criminosas e repressão policial leva a mortes e prisões nas comunidades de SP, RJ e BA

A violência policial na Baixada Santista, em S. Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia indicam ações organizadas de disputas territoriais de organizações criminosas, em particular entre o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o CV (Comando Vermelho). Essas ações levaram a mortes de 45 pessoas nos três estados, e mais de 110 presos, só na Baixada. Muitos moradores denunciaram que os policiais estão intimidando e agredindo moradores dos bairros das comunidades.

Na Baixada Santista, um policial da Tropa de Choque foi assassinado no dia 28/7, quando fazia uma patrulha na comunidade Vila Zilda. Imediatamente, o governador Tarcísio, aliado de Bolsonaro, cuja família tem vínculo com as milícias bolsonaristas cariocas, acionou um grande efetivo repressivo, que matou, em três bairros diferentes, mais oito pessoas. A ação repressiva violenta da polícia sobre as comunidades e o assassinato de criminosos é algo caro aos bolsonaristas. O chefe da segurança do PCC da região se entregou, alegando que realizou o disparo. Certamente, pretendeu brecar a ação policial. Mas isso não aconteceu. Já se admitem oficialmente pelo menos 16 mortos na região. Manifestações foram feitas contra a ação repressiva policial, e organizações de direitos humanos e antirracistas também protestaram. O governador carioca afirmou que a ação da polícia foi normal, e que “irregularidades” serão “apuradas”. Uma promessa de impunidade aos policiais em ação, sob suas ordens.

No Rio de Janeiro, a polícia subiu o morro do complexo da Penha, destruindo as barricadas erguidas pelo CV, e perseguiu os membros da organização até a mata, realizando uma brutal troca de tiros, que encurralou a população assalariada em suas casas. Pelo menos dez foram mortos, e há vários feridos.

Sete mortes foram registradas oficialmente em Camaçari, na Bahia, e mais oito em Itatim, no mesmo estado. Mais quatro foram assassinadas na capital, Salvador.

Esta semana, está em julgamento no STF a quantidade de maconha que pode ser considerada “para consumo”, e não “para tráfico”. O relator é conhecido por ter defendido por seu escritório mais de 400 processos envolvendo membros do PCC. A “liberação” de maior quantidade de maconha vai ser um elemento de aumento do consumo, a ser disputado pelas facções em guerra.

O tráfico e o contrabando são atividades consideradas “ilegais” pelas instituições da burguesia. Mas são capitalistas os que organizam a logística (transporte de grandes quantidades, distribuição, etc.), têm capital para realizar a compra de grandes quantidades e sua venda posterior, pagando uma série de intermediários, desde fiscais até vendedores. Os negócios criminosos da burguesia crescem, à medida que cresce a possibilidade de obtenção de valorização do capital apenas por meio da exploração do trabalho assalariado. Os contrabandistas e criminosos têm até mesmo suas bancadas parlamentares, volta e meia denunciadas por terem apreendidas cargas de drogas em seus aviões.

As organizações criminosas são conhecidas apenas pelos seus “soldados menores”. Os grandes capitalistas, por cima delas, que moram nos condomínios de luxo, não são tocados.

Quem mais sofre com a realização de seus negócios é a população assalariada que mora nas comunidades, vítimas da violência policial e de guerra entre gangues, e a juventude em geral, que tem parte dela, sem perspectivas de estudo ou trabalho, recrutada pelas organizações criminosas; e a maioria, que tem suas vidas destruídas pelo consumo de drogas de todos os tipos.

A penetração das organizações criminosas no aparelho de estado da burguesia também recrutou boa parte das polí-

cias como prestadores de serviço dos criminosos, ou agentes do crime, eles mesmos. E até candidatos eleitos, nos diversos níveis da administração, se revelaram participantes de esquemas criminosos, criação e consolidação de milícias, mando de assassinatos de opositores ou queima de arquivos, etc.

As massas oprimidas não têm nada a ganhar com a vitória desta ou daquela facção criminosa. Ao contrário, estarão sob as botas delas e das polícias, que integram os mesmos esquemas.

A defesa real das massas passa pela defesa das reivindicações que as colocam em combate contra os capitalistas (legais e ilegais) e seus governos:

Fora a PM assassina dos morros e comunidades!

Fim da PM!

Salário mínimo vital (suficiente para sustentar uma família de 4 pessoas) a todos os assalariados! E reajustado de acordo com a inflação real, medida pelos trabalhadores!

Emprego a todos! Fim das demissões! Estabilidade no emprego! Redução da jornada de trabalho, de forma a que todos tenham trabalho!

Escola e emprego a toda a juventude! 4 horas na escola, 4 horas no trabalho e o restante para o descanso e lazer.

Tribunais Populares para julgar e punir os crimes de classe da burguesia e seu cão de guarda, as polícias assassinas! ●

A TRAJETÓRIA DE VIOLÊNCIA POLICIAL PAULISTA

Outubro de 1992: 77 detentos foram mortos pela Polícia Militar na tentativa de conter rebelião na Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo. Outros 34 presos foram mortos pelos próprios companheiros de celas. Ao todo, 111 detentos morreram. Para o Ministério Público de São Paulo os policiais executaram detentos que já estavam rendidos.

Março de 2002: 12 suspeitos do PCC são baleados e mortos por policiais militares em Itu, no interior paulista. Eles eram suspeitos de integrarem facção criminosa que age dentro e fora dos presídios. À época o caso foi considerado uma emboscada por entidades de direitos humanos e ficou conhecido como “Operação Castelhinho”, por ter ocorrido numa praça de pedágio de uma rodovia.

Abril de 2019: 11 mortos pela Rota em Guararema. À época, a corporação alegou que seus agentes agiram em legítima defesa, quando balearam assaltantes que tinham atirado nos PMs, depois de tentarem roubar dois bancos na cidade. Três suspeitos foram presos em flagrante e outros dez teriam fugido.

Março de 2014: 10 mortos durante operação da PM em Caraguatatuba, Biritiba-Mirim e Salesópolis. Policiais buscavam criminosos que tinham roubado um shopping center no litoral.

Setembro de 2012: 9 suspeitos de facção mortos pela Rota em Várzea Paulista. A operação da PM foi num sítio onde o grupo estaria reunido para julgar um suspeito de estuprar uma menina de 12 anos. Segundo a corporação, os agentes foram recebidos a tiros e revidaram. O homem que seria julgado morreu na troca de tiros.

Dezembro de 2019: 9 mortos durante ação da PM em baile funk em Paraisópolis, Zona Sul da capital. Segundo o Ministério Público (MP), os PMs fecharam as vias de acesso ao baile e impediram os frequentadores de deixarem uma viela da comunidade. Depois jogaram bombas em direção às vítimas. Laudo necroscópico confirmou que a maioria delas morreu asfixiada por sufocação indireta. ●

Seminário da Oposição Combativa: que tipo de frente sindical constrói?

O Seminário já enfrentou polêmicas antes mesmo de sua realização. O PSTU questionou se ele seria deliberativo, já que não era uma plenária. As correntes minoritárias, na sua maioria, pretendiam um seminário que estabelecesse uma estrutura e funcionamento da Combativa. Ainda na comissão que preparou o seminário, rejeitaram fixar um ponto de pauta para discussão sobre a intervenção no Congresso da Apeoesp, ou de resposta aos problemas concretos da categoria, como a defesa da estabilidade da categoria O, a defesa das EJAs, a exigência de abono de ponto para atividades sindicais, etc. Depois de alguns debates, decidiram colocar como pauta apenas a “Concepção e trabalho Sindical” e “Estrutura e funcionamento” da Combativa.

No dia do Seminário, ficou evidente que o PSTU cedeu o espaço da CSP-Conlutas, mas não moveu uma palha para que a atividade acontecesse, apenas enviou “representantes”. O mesmo fizeram o MRT e o POR (este nem compareceu). Assim, as correntes minoritárias estavam em maioria pelo seu número, ainda que com poucos presentes.

Isso configurou um boicote político do PSTU e do MRT, no que foram apenas seguidos pelo POR. O Seminário deveria discutir esse ponto em primeiro lugar, e não o deixar de lado. Mas as correntes preferiram começar a atividade sem debater a questão.

Logo no início, colocou-se uma questão de encaminhamento da discussão, se as inscrições se limitariam aos coletivos organizados, ou se as abriam depois das falas. Depois de uma hora de debate, não se decidiu nada, mas houve correntes que falaram duas vezes depois.

A pauta de “Concepção e trabalho sindical” era abstrata. Que concepções podem ser discutidas sobre o sindicato e a oposição, a não ser a que entende o sindicato como uma frente única das massas de luta por suas reivindicações e a outra, que utiliza o sindicato como intermediário entre os trabalhadores e o patrão, e para potencializar a participação nas eleições e demais instituições burguesas? E, nesse ponto, só se falou de abstrações. Que a Combativa deve defender a independência em relação aos governos, a democracia operária, etc. Como isso se concretiza em reivindicações, em luta política concreta? Muitos repetiram que a Combativa deve se construir como Frente Sindical. Que tipo de frente seria essa? Qual o seu papel concreto na luta em defesa das reivindicações e contra a direção burocrática do sindicato, agora mais “engordada” pela esquerda governista? A frente sindical deveria servir ao propósito de organizar uma “oposição de esquerda” ao governo Lula e à extrema direita? Isso significa que serviria ao propósito de combinar “as lutas e as urnas”, como defende historicamente o PSTU. Nesse propósito, há mais correntes minoritárias que apoiam essa “concepção”. Como existem também os que defendem a frente sindical como instrumento de construção de um “partido socialista”.

A falta de unidade política da Combativa já se revelou quando se citou a posição defendida pela cabeça de chapa na última manifestação, quando não condenou o concurso chamado pelo governo Tarcísio como instrumento de demissão e ranqueamento da categoria O, exigindo a estabilidade e efetivação como constava no programa eleitoral e que foi

rasgado pela cabeça da chapa nesse ato. Um militante do PSTU acusou essa citação de calúnia, o que teve direito de resposta e réplica. E que não solucionou a questão.

No ponto de “Estrutura e funcionamento”, algumas coisas ficaram mais claras, embora não explícitas. Algumas das propostas apresentadas evidenciam isso: a) que deveria haver uma intervenção centralizada da Combativa nas regionais; b) que deveria haver uma única fala da Combativa nas assembleias; c) que haveria uma plenária presencial mensal da Combativa, intercalada por outra plenária virtual deliberativa; d) que a Combativa deveria se filiar à CSP-Conlutas, apesar de contar com correntes e militantes do PSOL e da CUT; e) que a coordenação deveria se estruturar com um membro de cada corrente e ter comissões, que assentariam seu trabalho numa cotização para formar um fundo financeiro da Combativa; f) que a comissão deveria respeitar a proporcionalidade (defendida pelo PSTU e MRT – aqui ficou evidente que se tratava da “proporcionalidade” da convenção da chapa, realizada apenas para isso, e sem mandato para definir o futuro de uma frente sindical que sequer havia se organizado ainda).

Com essa divergência na composição da comissão coordenadora, ficou evidente que as correntes minoritárias almejavam dar a linha política da frente sindical, e que o PSTU só aceitaria a formação dessa frente, se se mantivesse a maioria que conquistou na convenção de abril. Em comum, não estavam pela construção de uma frente de luta pelas reivindicações, e sim de um aparato para disputar a direção das regionais e das assembleias do sindicato. O MRT se move pelo mesmíssimo interesse.

A realização de plenária virtual é uma imitação prática de um aspecto da tática da burocracia sindical, que a usa como meio de maior controle sobre as bases. Deveria ser rechaçada, como parte da “Concepção” de uma frente classista.

A ideia de respeitar a “proporcionalidade” da convenção das eleições não passa de uma manobra burocrática para evitar uma frente que atue sem o controle da força majoritária. A falta de denúncia e rejeição dessa manobra baixa do PSTU, por parte das correntes minoritárias, mostra que, apesar de pretendem a direção da frente sindical, não estão dispostos a se chocar com o PSTU, que dirige a CSP-Conlutas.

A defesa da “oposição de esquerda” como parte da construção da frente sindical aponta que se trata de uma frente de intervenção eleitoral e sindical. A divergência entre o PSTU/MRT e as correntes minoritárias se encontra em quem dirige essa frente, com que política. Mas estão de acordo com sua essência.

A proposta de filiação à CSP-Conlutas, quando o sindicato é filiado à CUT, mostra uma tendência a violar a unicidade sindical (um sindicato para cada base sindical), criticada erradamente como uma ação de governo. Essa proposta tem por conteúdo estabelecer uma ação sindical à margem do sindicato, e assim se abdica da luta pela derrubada da burocracia traidora.

A CSM-GL defendeu um manifesto voltado a constituição de uma autêntica frente sindical classista, voltada às tarefas concretas de organização da luta da base pelas reivindicações e combate à direção traidora, que tem por isso um caráter circunstancial, e não de aparato paralelo. ●

Congressos da Apeoesp e Conlutas

Nos dias 1 a 3 de setembro, Piracicaba - SP, haverá o congresso da Apeoesp. A CSM tem sua tese 10, e reproduzimos aqui um extrato sobre a situação da categoria o balanço da direção. Nos dias 7 e 10 de setembro, haverá ainda o congresso da Conlutas. A CSM inscreveu suas propostas de resoluções, e destacamos abaixo o balanço da direção.

TESE DA CSM-GL AO CONGRESSO DA

APEOESP SINDICAL

O sindicato está controlado por uma burocracia governista, que deve ser derrubada, para que vingue a democracia sindical, a defesa da luta pelas reivindicações e a real independência de classe

O sindicato é o instrumento da ação unitária e coletiva da classe para lutar pelas reivindicações. No entanto, a quase totalidade deles foi transformada em escritórios de burocratas que negociam os ataques dos governos e patrões contra as massas. Utilizam de assistencialismo e judicialização para arrebanhar seguidores. Usam-no de trampolim eleitoral, para galgar postos nas instituições da democracia burguesa.

A Apeoesp é uma das expressões mais elevadas de tudo isso. A direção burocrática de décadas (PT/PCdoB) ganhou a companhia da maior parte do PSOL e outras correntes que antes compunham a oposição. O resultado das recentes eleições foi o fortalecimento da direção burocrática, que retomou a maior parte das subsedes da capital e interior, que servirão agora como instrumentos da conciliação de classes, leia-se, política de derrotas para os trabalhadores. Pouco restou do trabalho de oposição, que durante décadas conseguiu conquistar direção de subsedes e vitórias nas urnas da capital e grande São Paulo.

Este Congresso é realizado numa situação em que a atividade sindical está praticamente proibida nas escolas, com o fim das faltas abonadas, em que se precarizam as condições de vida e trabalho dos professores em geral, e de mais de 96 mil professores da categoria O em particular, com um concurso criado para demitir parte deles, com uma nova carreira (lei 1374/22), que piora em todos os sentidos a vida funcional do professor, com a imposição das escolas de tempo integral e do novo ensino médio, projetos interligados que visam à expulsão do estudante trabalhador e mais exploração do trabalho docente, com retrocesso na educação em geral. Não faltam motivos para lutar. No entanto, a direção não convoca a assembleia geral presencial, não faz das subsedes impulsionadoras da mobilização, enfim, não organiza a luta.

É preciso construir uma oposição revolucionária também no sindicato. Que se apoie nas reais necessidades dos professores e defenda a unidade na luta. Que combata a estagnação do sindicato e sua subordinação às instituições burguesas (o parlamento é o cemitério das reivindicações). Que defenda a real democracia sindical e a real independência de classe. Não se trata de trocar uma direção burocrática por outra, menos pelega. Mas de transformar completamente o sindicato, para ele seja de fato uma organização geral dos professores para lutar pelas reivindicações. ●

PLANO DE LUTAS

- 1) *Pela estabilidade e efetivação de todos os professores da categoria O*
- 2) *Pela contratação de novos professores para que tenhamos no máximo 25 alunos por sala*
- 3) *Pela reabertura de todos os turnos e salas de aula fechados pelo governo*
- 4) *Reposição de todas as perdas salariais*
- 5) *Reajuste automático dos salários de acordo com a inflação medida pelos trabalhadores*
- 6) *Fim da nova carreira*
- 7) *Abaixo o novo ensino médio!*
- 8) *Fim das escolas de tempo integral*
- 9) *Nenhum fechamento de EJA e abertura de vagas em todas as escolas*
- 10) *Abaixo a Reforma Administrativa*
- 11) *Abaixo as contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula – Trabalhista, da Previdência, Arcabouço Fiscal e Reforma Tributária*
- 12) *Abaixo o Marco Temporal*
- 13) *Defesa da livre e democrática atividade sindical – volta dos abonos nas faltas por atuação sindical; liberdade para entrada nas escolas e discussão com os professores; fim de toda perseguição política.*

TESE DA CSM-GL AO CONGRESSO DA

CSP-CONLUTAS

BALANÇO POLÍTICO

A CSP-CONLUTAS não pode reproduzir em sua prática e na de seus sindicatos aquilo que as centrais governistas e sindicatos pelegos fazem

Considerando que:

- 1) O governo Bolsonaro, em 2019, conseguiu impor a reforma da Previdência. A quebra da greve geral de 2017, contra a Reforma Trabalhista de Temer, a ausência da organização de um combate nacional à fixação do Teto de Gastos (PEC do fim do mundo), e a falta de organização de um poderoso movimento a partir das bases contra a reforma de destruição da aposentadoria, impediram que o movimento das massas derrotasse o governo e a burguesia em seu objetivo de podar a Previdência em benefício do capital parasitário. As centrais sindicais se negaram a erguer uma frente única de luta para enfrentar as contrarreformas com os métodos da luta de classes. Prevaleceu o parlamentarismo, o método da apresentação de emendas aos projetos

destrutivos dos governos. Os movimentos foram levados ao beco sem saída das negociações parlamentares, subordinadas às pressões do capital financeiro e grande capital. A CSP-Conlutas não conseguiu se colocar como alternativa classista e de combate diante desses ataques.

- 2) A Pandemia de Covid-19 foi um duro golpe sobre as massas. Os 700 mil mortos registrados e quase 38 milhões de casos confirmados dão uma ideia de como a doença atacou as massas brasileiras, principalmente os mais pobres. A burguesia provou que não é capaz de proteger minimamente as massas que explora. A resposta dos exploradores e de seus governos à Pandemia foi a da política burguesa de isolamento social, mas poderíamos chamá-la de quarentena de classe. A burguesia, a classe média e um setor dos assa-

lariados foi convencida a ficar em casa, aguardando pela vacina. A maioria assalariada, no entanto, teve de continuar a trabalhar, indo para seu emprego com transporte coletivo lotado, permanecendo em ambientes de trabalho insalubres, voltando a seus lares mal acomodados, contaminando suas famílias, e dirigindo-se ao atendimento de saúde muitas vezes insuficiente para tratá-los.

3) A pior coisa que uma direção sindical ou popular pode fazer é deixar de formular uma resposta própria das massas para situações como essa, entregando o destino dos explorados aos exploradores e seus governos. A primeira tarefa nesse momento é a de organizar a resposta coletiva e de classe. Convocar as assembleias de base, discutir e aprovar um plano próprio das massas, que penalize a burguesia e seus governos, e que garanta a vida das massas. No entanto, não foi isso o que ocorreu. As direções das organizações de massas aderiram à posição burguesa do “fique em casa, se puder”, fecharam os sindicatos e demais entidades, e entregaram o destino das massas aos seus algozes. Sem suas organizações de massas, sem uma política própria e coletiva para se defenderem, os explorados foram encaminhados à doença e aos caixões.

4) A Medida Provisória 936 permitiu formalmente a redução da jornada de trabalho e salários, e a suspensão de contratos. Foi um duro ataque à maioria assalariada. E foi imposta aos trabalhadores por meio dos seus próprios sindicatos, muitas vezes em assembleias virtuais. A falta de uma oposição de classe diante da resposta burguesa à Pandemia levou os sindicatos a colaborar com as medidas governamentais de proteção ao patronato. E não foram apenas as direções dos sindicatos das maiores centrais que se subordinaram a ela. Também as direções dos sindicatos da CSP-Conlutas acabaram servindo de canal para que governo e burguesia impusessem suas medidas aos explorados.

5) A partir das vacinas, a economia foi reaberta completamente pela burguesia. O trabalho a distância, virtual, permaneceu para parte dos assalariados. Mas a doença continuou contaminando e matando trabalhadores e suas famílias. A crise econômica, que tinha iniciado no final de 2019, teve um salto em 2020, e jamais voltou aos patamares pré-Pandemia, continuou a ser despejada sobre as massas. Os movimentos que primeiramente passaram a ocupar as ruas o fizeram sem uma política proletária. Subordinados primeiramente à proposta de impeachment que se discutia nas instituições burguesas a partir dos atritos entre o governador de SP, João Dória Jr., e o presidente, empunharam a bandeira do “Fora Bolsonaro”. Logo que esfriou esse debate, as bandeiras foram recolhidas e o movimento sumiu. A seguir, em 2021, a CPI da Covid foi aberta, e os movimentos voltaram, novamente com a bandeira de “Fora Bolsonaro”, e cujo conteúdo foi de Impeachment, a ser praticado pelo Congresso Nacional corrupto e apodrecido. Logo passou a ser levantada a bandeira de votar em Lula nas eleições de 2022, e o movimento também recuou. A CSP-Conlutas acabou sendo a borda esquerda desses movimentos voltados às instituições burguesas, e não conseguiu desenvolver uma política de independência de classe.

6) Nas eleições de 2022, a Frente Ampla burguesa de Lula/Alckmin disputou com Bolsonaro. A quase totalidade da esquerda se perfilou por trás dessa alternativa burguesa de comando da sua ditadura de classe. Era necessário apontar que qualquer que fosse o governo eleito ele seria burguês, e de ataques às condições de vida e trabalho das massas, defendendo a independência de classe, os métodos da luta de classe, e principalmente a estratégia própria de poder das massas, a revolução proletária e o governo operário e camponês. Essa posição permitiria desenvolver uma oposição revolucionária ao novo governo, e se apoiar no impulso às reivindicações mais sentidas das massas para combatê-lo. O apoio eleitoral à chapa Lula/Alckmin levou a um posicionamento embocado ao governo, em nome do combate à ultradireita. Diante dos bloqueios de estrada bolsonaristas, ou das manifestações de 8/01/23, não cabia chamar as massas a defenderem o governo, muito menos a defesa do resultado das urnas (“Abaixo o Golpe!”). Isto porque não houve real possibilidade de golpe, já que o imperialismo estadunidense (e também os principais setores capitalistas nacionais) estava apoiando o novo governo, bem como a maioria da cúpula militar – sob pressão aberta dos EUA sobre ela.

Essa política subordinou a CSP-Conlutas à eleição do novo governo burguês de Frente Ampla, e a impediu de desenvolver a tática da oposição revolucionária, que é o que cabe diante do atual governo. A oposição de esquerda é uma continuidade dessa oposição ao governo naquilo que se caracteriza como ruim para os trabalhadores, mas que sempre está disposta a apoiar o governo burguês perante o fantasma da ultradireita, ou endossar suas medidas, sob a falsa premissa de que a eleição de Lula foi uma “vitória das massas” contra a ultradireita, a exemplo de exigir punição e cárcere ao Estado burguês contra os bolsonaristas.

7) A imposição de novas contrarreformas, como o Arcabouço Fiscal e a Reforma Tributária, assim como outros ataques, como o Marco Temporal e a manutenção da reforma do Ensino Médio, reforçam a necessidade de se organizar a oposição revolucionária ao governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin.

Não se trata de organizar uma frente de mera disputa sindical e eleitoral, que é a chamada “oposição de esquerda”. Não se trata de reproduzir nos sindicatos da CSP-Conlutas a mesma política de negociação de destruição de direitos, salários e empregos aplicada pelas demais centrais (acordos de lay-off, etc.). Somente erguendo um movimento nacional assentado nas reivindicações das massas, com os métodos da luta de classes, a partir das assembleias de base e presenciais, com total independência de classe e sob a estratégia própria de poder do proletariado, será possível desenvolver uma frente única de luta contra o governo e os patrões.

Propomos:

1) Nada de “oposição de esquerda” cujo conteúdo é eleitoral e sindical! Construir uma oposição revolucionária ao governo burguês de Frente Ampla de Lula/Alckmin, nas lutas das massas e no interior dos sindicatos governistas! Rejeitar os acordos de destruição de direitos, salários e empregos! Convocar as assembleias de base para enfrentar os patrões e o governo com os métodos da luta de classes! ●

A oposição de esquerda é uma continuidade dessa oposição ao governo naquilo que se caracteriza como ruim para os trabalhadores, mas que sempre está disposta a apoiar o governo burguês perante o fantasma da ultradireita, ou endossar suas medidas, sob a falsa premissa de que a eleição de Lula foi uma “vitória das massas” contra a ultradireita, a exemplo de exigir punição e cárcere ao Estado burguês contra os bolsonaristas.

Balanço das eleições para diretoria do SINPEEM

No dia 01 de agosto, foram realizadas as eleições para a diretoria do SINPEEM, gestão 2023-2027, de forma virtual, sob o controle total da burocracia sindical, após o processo ter sido cancelado por “problemas técnicos” em maio, como denunciávamos anteriormente.

Como já era previsto, o resultado garantiu a vitória da burocracia, encabeçada por Cláudio Fonseca/Cidadania, que, de um total de 11.111 votos válidos, a Chapa 1 obteve 6.267 votos, a Chapa 2 – Oposição Unificada – obteve 4.558 votos, e a Chapa 3, 243 votos, além de 43 votos em branco.

A virtualidade acordada entre as chapas 1 e 2 é um dos fatores responsáveis pelo processo antidemocrático, que, ao contrário de ampliar a participação da categoria, como justifica a burocracia, tem afastado cada vez mais a base do sindicato, já que aproximadamente 50 mil filiados deixaram de votar, o que comprova o acerto da defesa da chapa 3 de eleições presenciais, passando em cada uma das escolas, e assumindo com cada trabalhador o compromisso de retomar o sindicato para a luta de classes.

Essa enorme parcela de servidores que não votou, cerca de 80% dos filiados, se deu em função de três fatores principais: 1) A eleição ocorreu apenas durante período de trabalho da maioria dos servidores da ativa (das 7h às 17h); 2) No início da votação, houve problemas técnicos e, no decorrer do dia, houve congestionamento do canal de comunicação (0800) criado para disponibilizar o código de votação para quem não havia recebido pelo correio, muitos não tiveram tempo, nem paciência para ficar tentando por um longo período, para ter acesso a esse código. Neste sentido, o código enviado via correio para os filiados votarem, que não chegou a todos, foi mais um meio de restringir a votação; 3) A categoria não se vê representada neste processo, em função da permanência da burocracia há 36 anos na direção do sindicato, bem como de seu distanciamento da base. Esse, que caracterizamos como problema político, é sem dúvida o principal fator que levou a imensa maioria dos servidores a não votar.

Neste sentido, a baixa votação, de menos de 20% dos filiados, reflete o retrocesso à democracia imposto pela virtualidade. A última eleição presencial, com dispensa de ponto, ocorreu em 2011, e compareceram 27.481 votantes. A partir de 2017, a burocracia impôs o formato virtual, diminuindo consideravelmente a participação dos trabalhadores; em 2017, foram 10.433 votantes; em 2020, foram 5.922 votantes, e agora, em 2023, houve 11.111 votantes.

A burocracia tem mantido uma mesma margem de votos nas eleições virtuais, que tem sido suficiente para se reeleger. São votos que refletem os laços aparelhistas e elos de interesse entre a base e a direção, dada pelas benesses. Acreditamos que essa margem de votos é garantida por uma maioria de servidores aposentados, já que os trabalhadores da ativa demonstram uma rejeição muito grande aos membros da chapa 1, em todas as escolas que visitamos. Por certo, com um período maior de campanha presencial nas escolas, com o debate efetivo de ideias e uma ampla divulgação programática, bem como com eleição presencial, haveria maior índices de votantes, o que romperia com a margem segura de Cláudio Fonseca/chapa 1.

A virtualidade também é responsável pela despolitização das campanhas, que acabaram limitadas as redes sociais, em função do tempo restrito, dificultando o debate presencial nas escolas. A chapa 1 fez uma campanha massiva nas redes sociais, com conteúdo de propaganda publicitária, provavelmente com empresa contratada para essa finalidade, com recursos do próprio sindicato, que não temos como comprovar, pois, não há prestação de contas. Esse processo tem expressão semelhante às eleições da democracia burguesa, em que somente partidos democratas e burgueses têm recursos para fazer uma campanha ampla e continuada. A chapa 2 também conseguiu fazer uma ampla campanha nas redes sociais, pois, apesar de não contar com os recursos do aparato sindical, teve apoio de vários parlamentares do PSOL e PT. Para a chapa 3, esse foi mais um dos obstáculos, pois, com o recurso destinado pelo sindicato para as chapas, só conseguimos imprimir panfletos do programa da chapa para distribuir nas escolas, e o conteúdo para as

redes foi elaborado pelos próprios militantes, com pouco tempo para elaboração, e esbarrando nos limites do próprio meio virtual, que não é propício para expor um programa revolucionário.

Em relação à composição da diretoria frente ao resultado das eleições, observamos que também se tem mantido ao longo dos anos a mesma composição política, em termos percentuais (burocracia e oposição), com apenas um diferencial neste ano, em relação às forças políticas, já que o PT será incluído pela primeira vez com alguns possíveis cargos na direção, sendo uma parcela pela chapa 1, e outra parcela pela chapa 2, já que o PT se dividiu nas duas chapas.

A base de sustentação da burocracia de Cláudio não teve grandes alterações nestes anos, indicando que a direção burocrática não consegue ampliar sua base, e deve, por isso, recorrer à virtualidade. O mesmo se verifica na Chapa 2, que, apesar de ampla campanha virtual e reunir quase toda a esquerda, não conseguiu superar o burocrata, indicando que a chapa 2 tampouco teve maior alcance por fora de sua base, porque a ampliação do seu percentual, se comparada à última eleição, em 2017, quando teve 30% dos votos, subiu aproximadamente 12%, que é justamente a somatória do percentual de votos obtidos pelas chapas do PT, e não de uma ampliação de sua própria base, e que se sustentou politicamente na ilusão de que seria possível derrotar a burocracia direitista por meio das eleições.

Sobretudo, como podemos analisar, essa suposta ampliação da oposição se deu dentro do quadro da junção aos setores governistas, e que, portanto, não significará uma ampliação de setores de oposição dentro da direção do sindicato, já que essas cadeiras a mais para a chapa 2 cumprem o papel justamente de descaracterizar o papel oposicionista dentro do sindicato, essas cadeiras a mais são as “cadeiras da conciliação” com a burocracia em torno da garantia da governabilidade de Lula/Alckmin, havendo concessões de ambos os setores (chapa 1 e 2), já que Cláudio “concedeu” algumas cadeiras, sem sair necessariamente no prejuízo, uma vez que, antes da eleição, ampliou de 35 para 37 o número de cargos da direção. Isso mostra o retrocesso e estagnação da burocracia em ampliar sua base eleitoral e social.

Um último ponto a ser destacado se trata do papel das correntes minoritárias da Chapa 2 (MRT, POR e PSTU), que se subordinaram ao programa e direção governista, dizemos isso pois o MRT abandonou a composição no último minuto da Convenção e só se pronunciou na véspera da eleição sem se definir por qual das chapas de oposição votaria, apenas indicando à categoria votar na chapa 2 ou chapa 3 “contra a burocracia”. Já o PSTU e o POR, que se propunham “representar” uma posição revolucionária ao interior da chapa 2 afirmavam que usariam a “liberdade de crítica” para se diferenciar, não o fizeram em nenhum momento publicamente, de forma que a campanha foi marcada e direcionada pelos governistas da chapa. A capitulação das três correntes reforçou a política governista ao interior do sindicato e, assim, ajudou a conformar uma diretoria esmagadoramente subordinada ao governo burguês de frente ampla.

Portanto, a composição da direção será esmagadoramente governista, expressarão algumas divergências entre frações burocráticas, mas irão confluir na defesa do governismo e suas medidas, em âmbito nacional. Neste sentido, podemos afirmar que a composição política da direção eleita no SINPEEM reflete a mesma composição da diretoria da Apeoesp. Não haverá programas opostos na diretoria, assim como não houve nas eleições. O que significa que atuarão dentro das divergências táticas, essencialmente com um mesmo programa.

Diante desse quadro, está colocada para a Unidade independente, classista e combativa a necessidade de se fortalecer como frente de oposição revolucionária, dando continuidade a uma batalha dura no interior do sindicato, lutando contra sua estatização, na defesa, junto a um setor ultraminoritário, do programa revolucionário para a Educação, combatendo os ataques dos governos e das burocracias de direita e de esquerda, que agirão como freios da luta de classes. ●

‘OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E SOCIALISTA’

Sob nova roupagem e retórica pseudo-revolucionária, o PSTU defende frentes e alianças sindicais oportunistas com setores do governo considerados de “esquerda”

Na editorial “*É preciso construir uma oposição de esquerda e socialista ao governo Lula*”, publicada em 20 de julho, a bandeira “Oposição de Esquerda e socialista” é condicionada pela disputa inter-burguesa: oposição, tanto perante o governo quanto à ultradireita. Segundo se explica, “...esses dois setores têm projetos capitalistas e em defesa de setores da burguesia”. Ou seja: seria definida pela sua “localização” no espectro político, sem se confundir com a situação, nem com a oposição. Concretamente, “oposição” dentro da democracia burguesa e das instituições burguesas.

Indiretamente, o PSTU parece reconhecer isso, quando afirma: “*Vivemos uma situação no país na qual parece que só existe a situação (apoio ao governo) ou a oposição (direita bolsonarista)*”. Mas, isto não diferenciaria os morenistas de qualquer outra corrente que reclama para si mesma essa definição, a exemplo do PCB, MRT e grande parte das correntes do PSOL (sejam governistas ou “não-governistas”), para que não se os confunda com a “direita bolsonarista”. Daí que é necessário o complemento de “socialista”. Na conclusão do editorial, se associa esse termo ao fato de “*não confiar nas instituições do regime burguês*”. Até um anarquista assinaria essa declaração, sem por isso passar a ser um marxista, supondo o absurdo de acreditar que o anarquismo pudesse ser “socialista”. Assim, a formulação “conclusiva” encerra o editorial: ser “*oposição de esquerda e socialista, hoje, é preparar os trabalhadores para construir um projeto de país que, de fato, atenda às necessidades da classe operária*”. Somente assim, diz o PSTU, seria “*possível construir uma verdadeira alternativa à atual polarização política*”.

Note-se que o termo “socialista” é esvaziado de conteúdo de classe, portanto, do programa, métodos e táticas que o definem. Tampouco achar-se-á que tipo de “projeto de país” se refere o texto, ou como se chegará a ele (revolução ou eleição). Ainda que o PSTU reconheça que não se pode entender essa polarização entre situação e bolsonaristas como se tratando de posições de classes diferentes, e sim expressões da mesma classe (dos capitalistas), quando não define o conceito de “socialista” em oposição a “capitalista” revela bem mais que insuficiência da explicação teórica ou programática. Cumpre um propósito e objetivo político bem definido: aplinar a via à formação de uma oposição situada no campo eleitoral, que evita se chocar com os trabalhadores que ainda tem ilusões no governo e na democracia.

Essas reviravoltas retóricas são utilizadas para que não se os acuse de bolsonaristas, por defender a derrubada do governo burguês e instauração de um Estado operário e camponês, a ditadura proletária, como aliás faria um verdadeiro “socialista”. Eis porque sempre devem acompanhar, logo na sequência, a definição da oposição de esquerda com a declaração de que combaterão a ultradireita em defesa da demo-

cracia e do resultado eleitoral, como fizeram logo após os acontecimentos de 8 de janeiro.

Se a disputa inter-burguesa é marcada pelo choque entre frações de uma mesma e única classe, inimiga dos explorados, uma oposição a essa deve constituir suas bases sobre o programa e métodos de classe revolucionária, antagônica à burguesia, e, portanto, defender aberta e publicamente sua estratégia. O PSTU faz todo o contrário: define o conteúdo de sua “oposição” pelo seu lugar no regime burguês e dentro do quadro dos métodos democrático-burgueses. O que mostra que estamos na presença de um “ajuste da linha política” dos morenistas ao atraso das massas, e não combatendo-o, como é o dever revolucionário – apesar de ficar momentaneamente isolado. Em outras palavras: não é uma tática para se aproximar das massas por “aproximações sucessivas”; mas recorrer ao engano para favorecer interesses aparelhistas. Eis a essência da “oposição de esquerda e socialista” dos morenistas.

Se a disputa inter-burguesa é marcada pelo choque entre frações de uma mesma e única classe, inimiga dos explorados, uma oposição a essa deve constituir suas bases sobre o programa e métodos de classe revolucionária, antagônica à burguesia, e, portanto, defender aberta e publicamente sua estratégia. O PSTU faz todo o contrário: define o conteúdo de sua “oposição” pelo seu lugar no regime burguês e dentro do quadro dos métodos democrático-burgueses.

RETÓRICA VERSUS PRÁTICA DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA NAS ORGANIZAÇÕES DE MASSAS

Na nota “*59º Congresso da UNE: Um congresso burocrático e governista*”, publicada em 20 de julho, a corrente Rebeldia (braço estudantil do PSTU) assinala que a atual “*crise da Oposição de Esquerda*” é marcada pela fragmentação que abala a “*construção da unidade*”. Isto porque as “diferenças” entre apoiar ou se opor ao governo impedem construir “*algo conjunto no campo da OE*”. E quando algo se faz nesse sentido, tratam-se de “*acordos despolitizados*”. Refere-se particularmente à “articulação” dos setores da “velha oposição” de esquerda, que incluía setores do PSOL, hoje na base governista.

Apesar de se referir ao Conune, a nota tem por mérito esclarecer o que o PSTU não faz: a Oposição de Esquerda “não existe” por fora das relações aparelhistas que a condicionam como oposição oportunista nos sindicatos e nas eleições. Eis: “...somos oposição de esquerda ... para nos diferenciar da oposição bolsonarista” e daqueles que apoiam o “gover-

no burguês e capitalista de Lula”. Daí que a tarefa colocada é “reconstruí-la”. Esse foi o objetivo de apresentar uma chapa para a disputa pela direção da UNE. Mas, logo se reconhece ser impossível mantê-la, havendo uma chapa de “oposição unificada”, retirando assim sua chapa e chamando votar nessa contra pecebistas e petistas. Após gritar aos quatro cantos “ou se está com o governo, ou contra ele”, a declaração de princípios foi pelo ralo, no momento da disputa eleitoral. Ambas as chapas eram governistas, só que uma apoia o governo pela esquerda (criticando suas coisas ruins) e outra o apoia mais à direita. O Rebeldia decidiu, como se vê, por aqueles que se subordinam ao governo, sob justificativa de disputarem seus rumos e favorecer sua “virada à esquerda”. Essa imposição “tática”, explicam, decorria de derrotar a UJS e o PT, por defenderem o “estalinismo”, que tantas desgraças trouxe às massas mundiais. A “tática”, assim, resume-se a trocar uma burocracia governista “estalinista” por uma burocracia governista de “esquerda” (psolista).

O conteúdo dessa tática é aplicado indistintamente, ainda que sob formas organizativas diferentes, em todas as frentes de massas. No Sinpeem, por exemplo, conformam a Oposição Unificada (chapa 2) que tem por direção política aos “governistas de esquerda”. E assim como no Conune justificam o chamado a votar por esses contra a atual direção, pelo fato de que “milhares de estudantes de base acreditam na velha oposição de esquerda”, que querem combater a UJS e PT, assim no Sinpeem participam de uma chapa que tem setores governistas em sua direção, e incluem petistas na chapa, para ajudar os milhares de professores a tirarem uma direção direitista aliada à ultradireita na prefeitura (embora também a burocracia do Sinpeem seja base de apoio do governo Lula/Alckmin).

Não há como se opor ao governo sem defender um programa e métodos próprios da luta de classes. O PSTU e seu braço estudantil pretendem fazer passar por tática o que é puro oportunismo democratizante, visando a não romper com os “governistas de esquerda”, os quais necessita para reforçar seu aparelho, ganhar postos nos sindicatos e conseguir votos nas eleições burguesas.

Em ambos os casos (Conune e Sinpeem), estão presentes as justificações “políticas” que levaram o PSTU a votar em Lula/Alckmin no segundo turno. Posição que os aproxima da teoria estalinista dos “blocos”. Aquela que diz o seguinte: enfrentados dois “blocos” burgueses, é um dever se colocar do lado do “bloco progressista”, das “democracias burguesas” contra os “regimes fascistas”; da “burguesia progressista” contra a “fração reacionária”, etc. Segundo esse método dos estalinistas, o PSTU caracterizou a vitória do atual governo burguês contra a ultradireita como uma vitória dos trabalhadores, associando falsamente a vitória do “bloco burguês mais progressista” com a luta proletária pela sua emancipação.

OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA

A oposição defendida pelo PSTU adquiriu diferentes nomes: quando lançada a disputa eleitoral em meio às manifestações pelo “Fora Bolsonaro”, foi o de “Polo Classista”. Nas eleições, “Frente de Esquerda”. E agora, na disputa eleitoral ao interior dos sindicatos, a de “Oposição de Esquerda”. Mudou o nome, mas seu conteúdo permanece. A única novidade é o complemento “socialista” aos velhos experimentos já fracassados.

A retórica é inimiga da delimitação política e da clarificação programática. Assim, enquanto o termo “esquerda” é concreto e definido dentro do quadro do regime burguês, o termo “socialista” fica indefinido e abstrato em seu conteúdo e rela-

ções com os métodos e programa socialista. Essa é a relação estabelecida na bandeira de “oposição de esquerda e socialista”. Há quem apresenta agora uma versão esquerdizante dessa: “oposição de esquerda revolucionária”. Qualquer seja a variante defendida, se tratará sempre de uma amálgama oportunista.

A Oposição de Esquerda, pouco importa se complementada com “socialista” ou “revolucionária”, significa reeditar a já fracassada e oportunista Frente de Esquerda. Como já demonstrou a experiência das eleições de 2018 (Frente de Esquerda) e 2022 (Polo Classista), acabam no final apoiando um setor burguês (considerado mais progressista) contra outro sob o espantalho da ultradireita.

Não há como se opor ao governo sem defender um programa e métodos próprios da luta de classes. O PSTU e seu braço estudantil pretendem fazer passar por tática o que é puro oportunismo democratizante, visando a não romper com os “governistas de esquerda”, os quais necessita para reforçar seu aparelho, ganhar postos nos sindicatos e conseguir votos nas eleições burguesas.

Somente é possível essa delimitação forjando uma oposição revolucionária que impulse a unidade na luta sobre a base das reivindicações que se chocam com o governo e os capitalistas, com organização independente e os métodos próprios da luta de classes, sob a estratégia da revolução social e do governo próprio das massas, um governo operário e camponês, a ditadura proletária. ●

FOLHETO

A luta pela
INDEPENDÊNCIA
DE CLASSE
NOS SINDICATOS DE PROFESSORES
estaduais e municipais

Adquira com nossos militantes!

Disputa aparelhista entre centristas leva ao fortalecimento do governismo no Sindmetal Campinas

Na eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região (16 de julho), a Chapa 1, à frente do sindicato até então, obteve 3.422 votos, e a Chapa 2, 4.607: 42,62% e 57,38% dos votos, respectivamente. Os votos em branco somaram 50, e os nulos 91, totalizando 141 (1,73% do total dos votos válidos). O elemento distintivo da eleição é que integrantes de correntes e centrais sindicais consideradas de esquerda, que militam muitas vezes no campo da oposição nos sindicatos governistas, desta vez estiveram em campos opostos da disputa eleitoral. Setores da Intersindical e da Conlutas concorreram em diferentes chapas.

A Chapa 2, eleita para compor a nova direção, foi produto de uma ruptura no interior da direção que deixa os cargos. Segundo a denúncia feita no site da Intersindical, a Frente Popular e Socialista “rachou” a diretoria, e fez alianças com setores da CUT, CTB e Nova Central Sindical (governistas) para ganhar a eleição. Acusou também a Chapa 2 de espalhar as mentiras difundidas pela própria empresa, visando a afetar a Chapa 1, e favorecer a vitória da Chapa 2, e inclusive utilizar a coerção contra os filiados.

A nova diretoria será composta por, além da Frente Popular e Socialista, setores da CUT, CTB, Nova Central e UGT (além da CSP-Conlutas) na maioria, e chapa 1 como minoria. Como explicado no site da Intersindical, desde 1984, após derrotar a chapa do diretor biônico imposto pela ditadura, o Sindmetal de Campinas se colocou sempre “a serviço da luta dos trabalhadores”, e em oposição às traições da CUT, Força Sindical, etc. No ano 2006, seguindo assim aos ex-petistas que viriam a formar o PSOL, o sindicato rompeu com a CUT e, junto a outros sindicatos, formaria a Intersindical – “Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora”. De forma que a vitória da Chapa 1 seria uma ruptura com a tradição e independência do Sindmetal, de acordo com a Chapa 1, que acusou duramente a Conlutas de se aliar aos pelegos governistas, apenas visando a ganhar um posto na nova direção.

Em nota publicada no site da Conlutas (18 de julho) se explica que a eleição e apuração “*transcorreu de forma tranquila*”, em um “*ambiente democrático e de cordialidade*”. Justifica-se por compor a Chapa 2, por ser formada e aprovada durante o Congresso da categoria, realizado em abril, o que “*garantiria uma composição democrática à frente da entidade*”, se eleita. Luiz Carlos Prates, o Mancha, inclusive parabenizou a vitória da Chapa 2, e saudou-a como exemplo de um processo de “*construção democrática ... pela base*”. Mas, também se acusa a Intersindical e a Chapa 1 de se recusarem “*a participar da convenção que formou a Chapa 2*” e de espalhar “*fake-news*” contra os membros da CSP-Conlutas.

Não há muito mais informação sobre os fatos, do que a apresentada pela Intersindical e pela Conlutas. Mas, o que está claro é que essa última se justificou pela formação da Chapa 2 no Congresso, como correspondendo à democracia sindical, para se subordinar a uma frente eleitoral dirigida pelo governismo, incluindo ali representantes das burocracias mais traidoras e pelegas do país. A derrota da Chapa 1, na verdade, representa um passo na subordinação do Sindmetal à frente ampla burguesa que centraliza a esmagadora maioria das organizações de massa, que serve de instrumento à negociação de pautas rebaixadas e destruição de direitos trabalhistas, como está fartamente comprovado.

É uma atitude de completa inconsciência que a CSP-Conlutas defenda uma Chapa dirigida por governistas, o que significa, em última instância, que o Sindmetal fará uma virada em sua orientação em relação ao governo burguês. Nada há que justifique, para quem se reclama classista e socialista, apoiar qualquer aliança, seja eleitoral ou sindical, que favoreça o governismo nos sindicatos. Porém, a Conlutas, nestes anos, não se tem demonstrado consequente com o que tanto defende em palavras. Na GM de SJC, orientaram as bases aceitarem os mesmos acordos (lay-off, por exemplo) que favorecem o

patronato, os que impõem a CUT, Força Sindical, UGT, CTB, etc., sem sequer convocar a greve e organizar ações de massas, para resistir aos ataques e fazer de tudo para impor ao patronato as reivindicações que de fato defendem a vida e interesses operários. Na Apeoesp, acusam alguns de seus atuais seus aliados no Sindmetal Campinas de traição e subserviência; mas calam a boca contra setores do governismo da Chapa 2 no Sinpeem, onde também estão em minoria, visando a aproveitar da influência da chapa para tentar ganhar algum cargo, ou fazer campanha partidária da Oposição de Esquerda.

É uma atitude de completa inconsciência que Conlutas defenda uma Chapa dirigida por governistas, o que significa, em última instância, que o Sindmetal fará uma viragem em sua orientação em relação ao governo burguês.

Bastariam esses exemplos para mostrar que a nota de 18 de julho no site da Conlutas não passa de manobra, para ocultar sua completa inconsequência na defesa da “independência de classe”, que dizem tanto defender por princípio. Parece que não haveria conflito entre escrever isso no jornal e, nos sindicatos, fazer tudo ao contrário. E, no caso do Sindmetal de Campinas, nos referimos a um sindicato que não é governista, mas sempre esteve, ainda com suas limitações políticas, no campo da oposição.

Lembramos ainda que o Congresso de abril também aprovou a desfiliação do sindicato da Intersindical. Não se decidiu se se pedirá filiação a outra central, ou ficará “independente”. Certamente, as correntes ligadas à CUT, UGT, CTB e Nova Central não irão fragmentar a diretoria por disputas aparelhistas prematuras. Não obstante, a vitória da Chapa 2 abre uma via para aproximar o Sindmetal da defesa do governo, e o constituir como mais um instrumento

de aplicação de suas medidas.

Todavia, o racha entre a Intersindical e Conlutas colocará barreiras políticas infranqueáveis à formação da frente de esquerda eleitoral que, no passado, os ajudou a conquistar posições e fortalecer seus aparelhos partidários e sindicais. A Intersindical também defende a Oposição de Esquerda, assim como faz a Conlutas. Mas, no Sindmetal, compareceram divididas sobre qual orientação política e qual programa deve guiar o sindicato nos próximos anos. O que demonstra que a Oposição de Esquerda não passa de repetição de uma série de discursos retóricos e bandeiras genéricas, que tanto servem à unidade quanto ao divisionismo, segundo os interesses aparelhistas de cada uma das correntes.

É precisamente essa ausência de programa e métodos claros de luta que permite que os campeões da Oposição de Esquerda (PSTU), em “oposição ao governo” e à burocracia traidora em um sindicato, deem as costas a seus “princípios”, em outro sindicato. O que se passa

no Sindmetal com a Conlutas é uma variante do que fizeram no Sinpeem com setores governistas, que inclusive são majoritários na composição da Chapa 2 e, portanto, definem sua política real. O essencial disso reside em compreender que a luta aparelhista e por ganhar postos de direção em um sindicato é nociva e criminoso, perante as reais necessidades e objetivos históricos do proletariado e demais oprimidos.

A mudança de uma direção por outra nos sindicatos tem especial importância para a luta de classes, quando significa a ruptura da paralisia, do imobilismo e do governismo, ou seja, a derrota da burocracia sindical, para colocar à cabeça das organizações de massas uma direção classista e revolucionária. Assim se dariam passos objetivos e importantes na conquista dos sindicatos para a luta de classes, e contra qualquer variante da colaboração de classes. No entanto, a vitória da Chapa 2 seguirá um caminho contrário: enfraquece o Sindmetal perante o governo burguês de unidade nacional.

Beneficiam-se disso os governistas, que agem de mãos dadas – apesar de ocasionais choques corporativistas – em defesa do governo e no bloqueio à luta das massas pelas suas reivindicações.

Não existem campos intermediários na luta de classes. Uma corrente que não se apoia em um programa, estratégia e métodos revolucionários de luta contra a burguesia jamais poderá romper e ser independente política e organizativamente perante os governos burgueses de plantão. A real independência de classe e o avanço da luta dos explorados sob um programa comum de reivindicações, que de fato se choque e combata a frente ampla burguesa no governo e suas políticas, somente pode ser assumido dentro dos sindicatos na forma de uma fração organizada sob a bandeira e estratégia da Oposição Revolucionária. Diferentemente, a Oposição de esquerda não passa de uma versão radicalizada (geralmente apenas nas palavras) das frentes eleitorais e sindicais oportunistas típicas do centrismo. ●

EDUCAÇÃO / Campanha da Corrente Estudantil Marxista - Guillermo Lora

Reitoria destina meros 2,24% do orçamento da universidade em permanência estudantil!

Milhares continuam sem bolsa permanência! Faltam professores em todos os cursos de todos os campi! Que o DCE convoque imediatamente uma Assembleia Geral dos Estudantes da USP! Organizar imediatamente a luta!

No primeiro semestre de 2023, houve, de um lado, os ataques e manobras da reitoria, especialmente contra a permanência estudantil e a contratação de professores e funcionários; de outro, a disposição dos estudantes em lutar por essas reivindicações, e, no meio, a direção do DCE (PSOL, PCB e UP), amortecendo o choque em favor da política da reitoria. Dentre os ataques, eis: bolsas PAPFE insuficientes – 15 mil bolsas para um universo de cerca de 97 mil estudantes –; valor da bolsa inferior a um salário-mínimo – frente a especulação imobiliária e carestia de vida altíssimas –; não abertura de concurso imediato para a contratação de docentes e funcionários, em regime de trabalho não precário, e em número suficiente às necessidades dos estudantes de cada unidade de ensino; circulares superlotados; filas infinitas nos bandejões; trabalho precário dos terceirizados; descaso com a situação da EACH. Dentre as mobilizações, podemos destacar as dos estudantes de Letras e das Sociais, que cobraram do DCE a convocação de uma assembleia geral; organizou-se uma plenária dos três setores na Letras, em defesa da contratação de mais professores; e a greve e ocupação dos estudantes da

EACH, encerrada diante da manobra do reitor, que prometeu o adiantamento da contratação de 15 professores (temporários), e a revisão dos casos dos indeferidos no PAPFE – sem nenhuma garantia de que seriam contemplados. Imersa nessa realidade, está a direção do DCE, que encerra o primeiro semestre com dois golpes no movimento estudantil: primeiro, numa plenária dos estudantes, supostamente deliberativa. A direção do DCE prorrogou ao máximo a votação da data da assembleia, e, ao final, afirmou ser impossível sua deliberação. Segundo, às vésperas do fim do semestre, o DCE convocara uma assembleia, porém, a cancelou no dia de sua realização, sem maiores explicações.

Os ataques da reitoria são motivados por seus interesses privatistas, que usurpam os recursos públicos destinados à universidade. Somente em 2023, seu orçamento fora de R\$ 8,4 bilhões, dentre os quais, foram destinados meros R\$ 188 milhões à permanência estudantil, o equivalente à 2,24% do total orçamentário. A fábula dos recursos está longe de atender as necessidades elementares de uma instituição de ensino, cujos elementos basilares de funcionamento seriam

os estudantes e os docentes. No entanto, a política para a permanência do aluno é arremetida à “migalha de pão”, e a falta de professores é uma realidade de todos os cursos, em todos os campi. Assim, para onde vão os bilhões controlados por uma casta burocrática, ultraminoritária, assentada no Conselho Universitário? Para obras superfaturadas, super-salários e para as empresas terceirizadas e fundações que prestam serviços à universidade. Essa casta burocrática é proprietária dessas terceirizadas, ou sócia de empresários nesses negócios particulares, e controlam as fundações. O princípio da impessoalidade na administração pública jamais será cumprido por essa estirpe de parasitas, que nada mais são do que o reflexo do parasitismo inerente à burguesia na sociedade capitalista. Por isso, o caráter público da universidade jamais será assegurado sob o controle da burocracia universitária, por que ela expressa, de um lado, seus interesses individuais de casta, e não os gerais de uma sociedade carente de educação superior – apenas 17,7% dos jovens de 18 a 24 anos estavam matriculados no ensino superior, no ano de 2021, segundo dados do INEP. E, por outro lado, por ser a correia de transmissão da política da burguesia e seu Estado, cujos interesses não se assentam em desenvolver a educação superior, o que dirá pública. As universidades definham na decomposição do modo de produção capitalista.

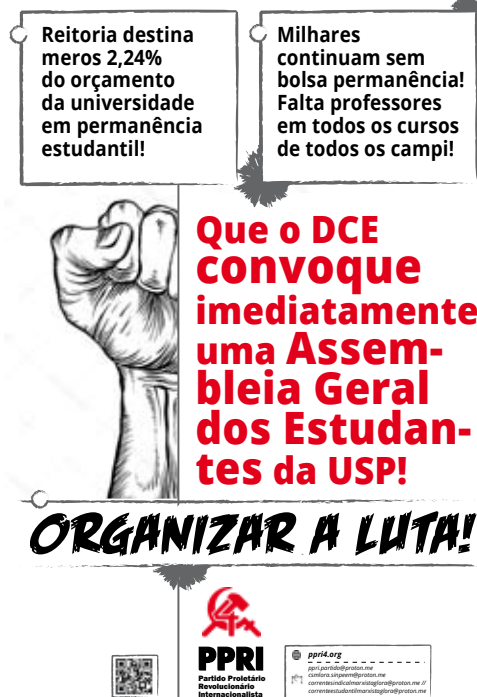
O conjunto dos estudantes precisa ter claro que seu primeiro grande obstáculo para conseguir estudar e se formar na universidade é a reitoria. Ela maneja os recursos. Ela decide o percentual destinado à permanência estudantil. Ela decide a quem serão destinadas as bolsas, portanto, ela decide quem e quantos não receberão. Na prática, a reitoria decide e implementa a evasão estudantil – no ano de 2015, ultrapassava os 20%. A evasão, em um contexto de alta insuficiência na permanência estudantil, é expulsão. A reitoria decide quantos, quando e se serão contratados mais professores; o que significa que é ela quem decide quantos, quando e se um estudante poderá se formar. Ela esbanja na retórica meritocrática, para encobrir o seu vil autoritarismo, que sorrateiramente desfigura o direito democrático à educação. Entendendo quem é a reitoria, ficará claro que, para enfrentá-la e derrotá-la, será necessário um poderoso movimento, coeso e unificado. Daqui decorre a importância da Assembleia Geral dos Estudantes da USP. A assembleia é o organismo democrático capaz de organizar a luta dos estudantes a altura do necessário, porque é em seu seio onde se processam as reivindicações comuns; discutem-se e colocam-se em prática medidas assumidas pelo conjunto

do movimento, no enfrentamento à reitoria. A assembleia é a base organizativa do poder estudantil, que perpassa as esferas, por essência limitadas, do poder das direções de CAS, CCAs e DCE.

Aqui está a causa dos golpes que a direção do DCE desferiu no movimento, no primeiro semestre. E, nesses golpes, estão as causas da imperante necessidade de substituir a atual direção conciliadora com a reitoria, e avalizadora da expulsão de estudantes. Estudantes esses, que necessitam de permanência estudantil, que necessitam de mais professores, que tentam se organizar para lutar por eles, mas encontram na atual direção do DCE uma política às avessas. A atual direção do DCE (PSOL, PCB e UP), ao se negar a convocar a Assembleia Geral dos Estudantes, ao cancelar uma assembleia convocada, dá de ombros aos milhares de estudantes à mercê da política draconiana da reitoria, e, com isso, colabora com a burocracia universitária em seu parasitismo privatista, pisoteando no lombo dos estudantes mais empobrecidos e proletarizados. As correntes: PSOL, PCB e UP – reformista e estalinistas – são avessas à Assembleia, porque se opõem ao verdadeiro poder que emana da força coletiva do conjunto dos estudantes em movimento. Cantam aos quatro ventos a defesa da democracia, mas, oportunamente, se esquecem de caracterizá-la em seu conteúdo de classe. A que defendem, é a democracia burguesa, representativa. Reproduzem no interior do DCE a forma de organização política da burguesia no funcionamento do

Estado. Essas correntes se veem como os representantes da vontade estudantil, cabendo, portanto, tão somente, aos membros da direção do DCE, a definição dos rumos do movimento. Logicamente, essa concepção os coloca em rota de colisão com a Assembleia, porque é nela em que os rumos do movimento são definidos pelo próprio movimento; e essa inversão, eles não podem admitir, porque fere seus princípios burgueses de organização, evidentemente antagônicos à verdadeira democracia: a democracia direta. A democracia do movimento!

A tarefa do movimento estudantil é derrotar a reitoria, arrancando dela a bolsa estudantil a todos, no valor de pelo menos um salário-mínimo. Arrancar da reitoria a contratação imediata de professores e funcionários, em número conforme a necessidade definida pelos próprios estudantes. E, para derrotar a reitoria, será necessário derrubar a atual direção do DCE, erguendo em seu lugar uma direção revolucionária, cuja política é a única capaz de defender intransigentemente as reivindicações do movimento! ●



REALIZADA A ESCOLA DE QUADROS NO LITORAL NORTE DE SP

No último final de semana, de 22 a 23 de julho, foi realizada a Escola de Quadros do Litoral Norte de São Paulo, na subsele da APEOESP, em Caraguatatuba. No sábado, 22, houve o debate sobre o folheto de Guillermo Lora “A inviabilidade da democracia burguesa”. Já no dia 23, na manhã, foi discutida a matéria do jornal O Internacionalista nº5 “Junho de 2013: dez anos de um salto na luta de classe no Brasil” e, à tarde, os textos de manifesto aos congressos da CUT e da UNE e também o “Colaboração de classes se intensifica com novos governos burgueses eleitos”, que consta no folheto do partido “A luta pela independência de classe nos sindicatos de professores estaduais e municipais”.

Na abertura do primeiro dia, esclarecemos aos presentes militantes e contatos da importância da Escola de Quadros na região, porque a organizamos já há 15 anos, e esta é a primeira enquanto Partido Proletário Revolucionário Internacionalista (PPRI).

No primeiro dia, o debate sobre o folheto destacou como um texto lançado em 1980 na Bolívia em um período que os países da América Latina estavam sob regimes militares, e florescendo na esquerda as ilusões na democracia burguesa, é tão atual. Como é considerado valioso, por ser uma contribuição teórica que aplica o marxismo-leninismo-trotskismo à realidade latino-americana, e por ajudar a compreender as transformações políticas no Brasil nos últimos anos. Fundamenta que a burguesia impulsiona a elaboração de uma unidade nacional em detrimento do avanço da revolta das massas e para cooptação dos partidos de esquer-

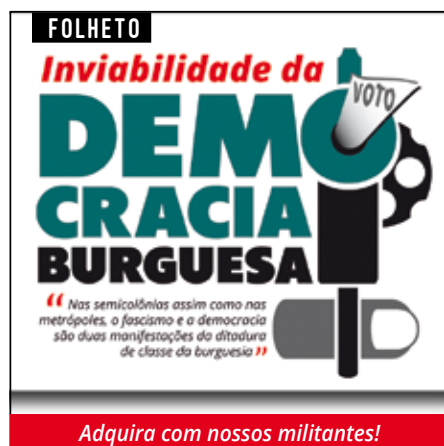
da e suas direções sindicais. Lora ainda analisa a democracia burguesa como uma criação da classe dominante, idealizada para ser a forma mais adequada de governo representativo em um Estado capitalista. Ela serve como uma ditadura de classe da burguesia, permitindo que ela engane as massas, ao apresentar o governo de turno como expressão da vontade popular, enquanto ainda divide o poder entre as diferentes frações da classe dominante, através de instituições burguesas, como o parlamento e o judiciário. A democracia burguesa se constrói sobre a base econômica capitalista - onde as forças produtivas são mais desenvolvidas, a democracia burguesa pode florescer, mas onde as forças produtivas são raquíticas, também o é o regime político democrático burguês. O texto também enfatiza a necessidade de manter uma postura independente e revolucionária em relação às organizações políticas, combatendo a colaboração com governos e partidos que traem os interesses das massas oprimidas. A busca pela independência de classe e a luta pelas reivindicações são consideradas fundamentais no caminho em direção à revolução proletária, que é o objetivo maior para transformar a estrutura social e política em busca de uma sociedade socialista.

Já no segundo dia de manhã, sobre Junho de 2013, foi exposta a importância que as jornadas multitudinárias da juventude e das massas exploradas deram, ao responder a carestia do custo de vida e o aumento da tarifa, reflexo da manifestação da crise econômica aberta em 2008 no mundo. Já descarregada nos ombros dos oprimidos, quando se cortaram verbas da educação federal e o governo se chocou com a greve nacional das universidades; com as greves operárias nas Usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau, reprimidas com a Força Nacional; aumento no desemprego e miséria. As centenas de milhares que foram às ruas mostraram que, mesmo sob influência da pequena burguesia, tiveram de usar o método proletário de bloquear as avenidas para conseguir impedir o aumento da tarifa.

Vale descrever um trecho do artigo que reforça o salto que deu na luta de

classes no Brasil após essa batalha: “Os dados indicam que houve, a partir de 2013, um ascenso grevista no país. Esse ascenso grevista é parte da nova fase da luta de classes aberta desde 2010, no norte da África. O número de greves foi ainda maior que o do final dos anos de 1980, passando de 2 mil greves anuais em 2013, 2014 e 2016. (fonte: Dieese). As lutas estudantis e da juventude também prosseguiram. O movimento estudantil com greve, ocupação da reitoria, e grandes manifestações e assembleias de milhares na USP, pelo governo tripartite, ainda em 2013; o movimento da juventude contra a Copa de 2014, em várias cidades pelo país, e contra os jogos olímpicos, em 2016; o movimento de ocupações de escolas; que partiram de S. Paulo para o Brasil, em 2015, e depois, em 2016; a greve geral de 2017, que paralisou o país e constituiu inúmeros comitês de luta; mostram que existe uma continuidade das jornadas de junho, de crescimento dos movimentos sociais. Esse é o verdadeiro elo de ligação entre esses movimentos.- Este destaque rebate claramente a falácia das esquerdas, hoje governistas, afirmando que o movimento de 2013 foi a antessala do golpe de estado de 2016.

E, para finalizar o debate do segundo dia, à tarde, ocorreram as discussões dos textos, mostrando na prática a política de colaboração de classes das direções sindicais dos professores estaduais e municipais, mas também, as dos operários e estudantis sobre seus congressos não tirarem uma posição abertamente contrária às contrarreformas do governo do Arcabouço Fiscal, Marco Temporal, Reforma do Ensino Médio, Reforma Tributária, etc.. Longe disso, suas direções estão defendendo todos esses ataques, e impulsionando a colaboração de classes, que está a serviço da burguesia para manter a frente ampla Lula/Alckmin, a qual é expressão da unidade nacional burguesa. Foi reforçada a ideia da necessidade de combater pela real independência de classe das organizações e movimentos diante do governo “democrático” de Lula/Alckmin, condição elementar para levar adiante o combate em defesa das reivindicações mais sentidas pelas massas, e dar passos em direção à revolução proletária. ●



XVI CONGRESSO DA FNP / Congresso dos petroleiros aprovou maior submissão ao governismo, sob a máscara da “independência”

Mais de 100 delegados dos sindicatos reunidos na FNP, junto a correntes de oposição e minorias de outros sindicatos, aprovaram o “programa de luta” da entidade para o ano de 2024. O foco dos debates foi a orientação da relação política entre a FNP e o governo, e diante da “extrema direita”.

O Congresso rechaçou assumir uma posição de “oposição sistemática” ao governo Lula/Alckmin, e que “reconhecerá” e apoiará os avanços realizados, criticando as medidas que ataquem direitos, e “exigindo” (não lutando) por “*mais avanços*”. Quanto à ultradireita, a FNP decidiu continuar combatendo qualquer ameaça golpista, e se colocar pela defesa da democracia. Foi aprovado unificar a campanha salarial, com “mesa única de negociação”, a participação dos Grupos de Trabalho, e uma “agenda comum” de mobilização para a “desbolsionarização” da Petrobrás, contra privatizações, e a redução dos preços dos combustíveis, junto da FUP (CUT).

Passando a limpo, o XVI Congresso da FNP aprovou: **a)** a submissão às medidas e ditames do governo burguês; **b)** dar um passo à estatização dos sindicatos em relação ao governo dos capitalistas; **c)** não defender as reivindicações operárias e assumir a defesa das medidas antioperárias e antinacionais do patronato e o governo como próprias. Essa traição se revestiu retoricamente da necessidade de “defender a democracia” (leia-se, o governo) e combater a ultradireita. Essa falsificação que serve à subserviência da burocracia sindical oculta aos olhos da categoria que a direita e parte da ultradireita se integrou à defesa do governo, apoiando suas políticas e ampliando

sua base de governabilidade. De forma que não se derrota a ultradireita sem combater o governo que aplica seu programa.

Quanto à unificação ou aproximação com a FUP, é evidente que se trata de uma medida alavancada pelo governo para centralizar os sindicatos. A FUP e a FNP estão juntas no objetivo da centralização política, e por estarem na base de sustentação do governo Lula. Sem unificar as entidades, bastará unificar sua ação em defesa do governo burguês, e impor goela abaixo das bases as decisões baixadas pelo governo e patronato via GT e mesa de Negociações. O “programa” aprovado no XVI Congresso da FNP teve esse objetivo.

A defesa do atual governo burguês é defender os interesses dos capitalistas e colocar a federação a seu serviço. Assim, as bases da categoria terão ainda que amargar novas traições.

Para defender os operários e impor seus interesses, se fará necessário constituir uma oposição revolucionária, que, baseada na defesa de um plano de reivindicações e nos métodos da ação direta, imporá ao patronato o que realmente é de interesse dos operários (aumento salarial de acordo às necessidades, divisão das horas trabalho sem reduzir salários; para igual trabalho, iguais condições salariais e trabalhistas; etc.), assim como da nação oprimida (estatização sem indenização das empresas privatizadas, sob controle operário coletivo, etc.). Por sua vez, a unificação da ação das federações em defesa dos operários somente pode ser feita na base do programa revolucionário, o que significa forjar uma fração classista que trabalhe pela real independência de classe, e assim varrer com a colaboração e classes. ●

VOLKSWAGEN / Mais uma traição apresentada como vitória

A diretoria da Volks cancelou o lay-off que afetaria 800 operários da fábrica de Taubaté, previsto para agosto, justificando a melhoria nas vendas, e que houve um acordo com o Sindmetal (Sindicato dos metalúrgicos de Taubaté e região, filiado à CUT) que “trocaria” a suspensão prevista por 10 dias de férias coletivas, a começar em 31 de julho. O secretário geral do sindicato, Aldrey Candido, disse que o acordo “*é mais uma ferramenta de flexibilidade que inibe qualquer demissão*”, e garantiria a estabilidade nos empregos até 2025, para garantir o plano de produção de carros Polo Track previsto. Informou ainda que a empresa apresentou planos de produção de um novo SUV compacto, a começar em 2025.

Mercedes, Ford e GM fizeram acordos semelhantes com as direções sindicais de outros sindicatos e centrais, e quando as montadoras não receberam os lucros esperados, transformaram os acordos de férias coletivas e lay-off em desemprego de milhares de operários. Por outro lado, “festejar” que os empregos serão garantidos até 2025, justo quando começará a produção do novo modelo de SUV, equivale a afirmar que a multinacional avalia reduzir os custos em força de trabalho (demitindo ou terceirizando), para obter um lucro maior nas vendas do novo carro.

Quando as vendas andam, os capitalistas lucram enormemente, enquanto os salários e condições de trabalho dos operários pioram. Quando as vendas caem, os operários são empurrados a aceitarem a flexibilização, o desemprego, ou receberem salários ainda mais miseráveis, enquanto o capitalista continua lucrando. Assim, não é de interesse dos trabalhadores ter de pagar com seus empregos, salários ou

condições trabalhistas pela marcha boa ou ruim dos negócios dos capitalistas. E sim defender essas reivindicações em todo e qualquer momento, porque delas dependem sua vida e a de sua família.

Nenhuma flexibilização trabalhista! Defesa de todos os empregos! Imediato aumento salarial! Que se abram os livros contábeis da empresa à fiscalização dos operários de base! Por meio da greve e ocupação da fábrica é que os operários imporão a seus exploradores as suas reivindicações.

ERRATA – GM

Em nota publicada no jornal OI nº5, após suspensão pela diretoria da GM de 1,2 mil operários, e seguindo a informação disponível no site da Conlutas dias antes de publicada a nota (reproduzida no manifesto do PPRI de 5 de julho), assinalamos que se pagaria um valor menor que o salário em atividade durante o lay-off, assinalando o erro da Conlutas em negociar uma medida de ataque tão brutal aos salários e empregos dos suspensos, sem organizar uma greve e ocupação da fábrica para impor à patronal a imediata reintegração dos suspensos, e que a GM arcasse com os custos da queda das vendas. Dias depois, tomamos conhecimento pelo site da Conlutas de que foi aceita pela empresa a proposta do Sindicato de manter o salário, sem qualquer redução. Apesar disso, nossa crítica permanece, e cuja essência era denunciar que um sindicato classista nunca deve aceitar as medidas da patronal, que ameaça com desemprego aos suspensos, uma vez que “o acordo” não garante seus empregos após o Lay-off.

12/07/1958

Teses de Colquiri

Estas teses marcam o distanciamento político crescente do proletariado mineiro em relação ao MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário – partido burguês boliviano)

“O nono congresso mineiro aconteceu quando os trabalhadores clandestinos já estavam mobilizados contra o governo reacionário de Siles. O congresso inaugurado em Colquiri teve de se mudar para San José (Oruro) porque foi atacado pelo partido governante, que tentava dissolvê-lo”. (Lora, Obras Completas, Vol. VII)

Reproduzimos um parágrafo das Teses que tem muito a ver com nossa situação atual no Brasil:

“O momento aconselha a adoção de uma plataforma de reivindicações que sirva de base real para a unidade das organizações sindicais, dos explorados e do país como um todo. A experiência mostra que só há uma maneira de esmagar os divisionistas a serviço do atual governo: tomar o controle de certos setores enganados da classe trabalhadora, por meio de um programa justo de reivindicações.” ●

23 de julho de 1994

Lançamento do Tomo I das Obras Completas de Guillermo Lora

Guillermo Lora foi por décadas o principal dirigente do POR boliviano, até sua morte, em 2009. A publicação de suas Obras Completas registra a trajetória da contribuição boliviana para a construção do programa da revolução socialista mundial em nossa época, e da revolução proletária em seu país. São 67 volumes de 500 páginas cada publicados em vida, e mais 3 após sua morte. Obras como a “História do Movimento Operário boliviano”, por exemplo, são estudadas em universidades no mundo todo. São uma referência obrigatória para todos os que buscam construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, e devem ser estudadas, como ele mesmo dizia, criticamente. Lora foi um teórico do marxismo-leninismo-trotskismo, resultado da elaboração coletiva e do aprendizado da luta revolucionária do proletariado e das massas bolivianas. Foi um revolucionário profissional no sentido mais preciso do termo: dedicou a sua vida a lutar pela Revolução Socialista Mundial, e pela estratégia da revolução e ditadura proletária em seu país. Sua formação política inicial, realizada na clandestinidade junto ao proletariado mineiro, levou a que estabelecesse uma ligação profunda com a classe operária, que jamais perdeu durante a vida. Conhecedor profundo do marxismo-leninismo-trotskismo, trabalhou sempre sob a perspectiva da construção do partido mundial; no entanto, teve sempre pela frente organizações que acabaram concluindo no campo do centrismo, ou do democratismo burguês mais vulgar. A crise de direção revolucionária do proletariado, não apenas não foi superada, como se aprofundou, ao ponto de afetar hoje o próprio POR boliviano e o Cerqui (Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional). O programa forjado durante décadas de trabalho revolucionário, nas mais difíceis condições, é hoje ameaçado por uma direção pequeno burguesa acadêmica, que ignora seus fundamentos e métodos, e percorre o caminho que leva ao mesmo centrismo tão combatido por Lora, quando se referia à “esquerda direitizada”. O que pode ser facilmente comprovado, a partir do estudo de suas publicações, contidas nas Obras. As homenagens que fazem a Lora soam como pura hipocrisia, diante das posições que hoje adotam, calcadas no impressionismo acadêmico e opostas pelo vértice àquelas defendidas firmemente no passado. A tarefa de estudar as Obras de Lora é hoje parte indissociável da luta por construir o partido revolucionário internacionalista. ●

Assassinatos de César Lora e Isaac Camacho

César Lora nasceu em 15 de agosto de 1927, e foi assassinado em 29 de julho de 1965, em Sacana (San Pedro de Buena Vista), quando, acompanhado de Isaac Camacho, se dirigia à Siglo XX para realizar assembleias clandestinas de operários mineiros. Líder sindical e político mineiro, chegou à direção da Federação dos Sindicatos dos Mineiros da Bolívia (FSTMB), e do POR. Ele começou sua trajetória lutando em favor dos camponeses, e por algum tempo foi atraído pelo nacionalismo. Participou da rebelião militar contra o alto comando do exército, quando cumpria o serviço militar, e foi punido em Curahuara de Carangas; depois, foi transferido para o Panóptico de La Paz. Sofreu a poderosa influência das “Teses de Pulacayo” e começou a trabalhar como operário na Companhia Catavi, da Companhia Patiño, onde rapidamente se destacou como dirigente mineiro, na oposição ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), e

como porta-voz do trotskismo. Lutou sistematicamente contra a burocracia sindical e levou a linha revolucionária aos congressos mineiros e operários. Dentro do POR, assumiu as posições da ortodoxia bolchevique, e lutou contra todas as formas de revisionismo e reformismo. Fez parte do grupo duro, e manteve-se fiel à sua bandeira em todas as divisões. Conseguiu subir a grandes alturas políticas e teóricas. Ele lutou contra os governos movimentistas (MNR) em nome das “Teses de Pulacayo”, particularmente o direitista Siles, e o governo militar de Barrientos-Ovando. Promoveu a organização de sindicatos clandestinos, para lutar contra os gorilas. Constitui, junto com Camacho, a cúpula máxima do movimento operário. Um volume de seus escritos foi publicado. Tornou-se um importante orador dentro do sindicalismo. O IV Congresso da COB e a Assembleia Popular o declararam mártir da revolução boliviana.



Isaac Camacho nasceu em Llallagua, e foi assassinado em 1967, nas masmorras do Ministério do Governo. Dirigente sindical e militante político trotskista. Ele fez seus estudos secundários no Instituto Americano. Permaneceu em La Paz, dedicado à boemia, cidade onde se conectou pela primeira vez com o POR. Inesperadamente, mudou-se para o distrito mineiro de Siglo XX, foi contratado para trabalhar nada menos do que no mortífero Block-Caving, recusando-se a aproveitar a sua bagagem cultural; a partir desse momento, foi um militante revolucionário exemplar, e porta-voz dos interesses da classe operária. Amigo inseparável e camarada de César

Lora, demonstrou grande habilidade na tarefa de angariar contatos e simpatizantes. Em 1965 (ditadura do General Barrientos), acompanhava César Lora na organização de sindicatos clandestinos, nas estradas desertas de San Pedro de Buena Vista, quando foi assassinado. A polícia o submeteu a uma perseguição feroz. Em setembro de 1965, foi preso, levado ao campo de concentração de

Alto Madidi, e finalmente encarcerado no Panóptico Nacional. Foi solto por pouco tempo, que aproveitou para ir às minas e formar os trabalhadores. Em assembleia realizada no nível 411, dentro da mina Siglo XX, em 26 de julho, foi eleito líder da FSTMB, oportunidade em que foi repudiado o oportunista Irineo Pimentel. Ele conseguiu sobreviver ao “Massacre de San Juan”. Ele foi preso

nos arredores de Llallagua, em 29 de julho de 1967, levado para La Paz, onde desapareceu para sempre. Antonio Arguedas, agente duplo, e na época Ministro do Governo, deu uma falsa pista: disse que no dia 9 de agosto foi embarcado para a Argentina. ●

(Reproduzido de G. Lora, “Dicionário Histórico, Político e Social”)



19 de julho de 1979 Vitória da Revolução Sandinista

Em março de 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) inicia sua “Ofensiva Final” contra o regime ditatorial de Anastasio Somoza, apoiado pelos EUA. A FSLN expressava o ascenso revolucionário das massas em luta por toda América Latina contra o imperialismo e seus serviços. Em 19 de julho de 1979, se impunha a segunda revolução vitoriosa da América Latina contra os EUA.

Após 40 anos, os acordos de governabilidade junto da burguesia abriram caminho à contrarrevolução. Parte da cúpula da FSLN acabou traindo a revolução, como há muitos anos antes fez o próprio estalinismo na URSS, para defender suas vantagens da posse do poder e do controle do setor estatal da economia. As purgas internas contra ex-comandantes guerrilheiros que se rebelaram, e a decomposição de parte da direção guerrilheira, expressou a ausência de uma direção revolucionária, capaz de impulsionar e desenvolver a transição da revolução democrática em socialista. A permanência da grande propriedade privada e da burguesia como classe, junto da propriedade nacionalizada de setores da economia e das terras produtivas, fundamentais conquistas da luta revolucionária das massas, deixaram em pé as bases materiais e sociais sobre as quais se apoiam a contrarrevolução interna e externa para destruir os avanços revolucionários, e decompor a FSLN como sua direção política.

Apesar dos retrocessos operados nas últimas décadas, ainda permanecem em pé parte dessas decisivas conquistas revolucionárias das massas, a exemplo da nacionalização de importantes ramos da economia e grande parte das terras, assim como as conquistas da reforma agrária, que democratizou o acesso à terra produtiva pelos camponeses pobres. Para defender essas conquistas e avançar ainda mais, as massas nicaraguenses devem colocar-se em luta contra o imperialismo, que pretende destruí-las, sem nunca se subordinar politicamente ao decomposto regime que traiu a revolução. Devem avançar na luta revolucionária sob a estratégia do governo operário e camponês. ●

26 de julho de 1953 Assalto ao Quartel Moncada



Em 26 de julho de 1953, um grupo da juventude do Partido Ortodoxo, liderados por Fidel Castro, assaltou o Quartel Moncada, em Santiago de Cuba, convencido de que ação armada iria impulsionar a ação das massas, que levaria à derrubada do odiado regime de Fulgencio Batista. Na ação e depois dela (fuzilados), tombaram 61 combatentes. Fidel Castro foi preso e condenado a 15 anos de cárcere, junto com outros 57 com condenações entre 13 e 17 anos. No tribunal, realizaria uma potente defesa política de suas decisões e ações (“A história me absolverá”), defendendo o direito dos povos a fazerem a revolução.

Apesar de fracassar em seus objetivos, o assalto iniciou o movimento revolucionário cubano, que viria culminar com a formação do Movimento 26 de Julho, que começou a guerrilha nas profundezas de Sierra Maestra, em 1957, e que em janeiro de 1959 derrotaria o exército e tomaria o poder.

Com a instauração do governo revolucionário apoiado nas massas armadas, e sob as pressões das tendências revolucionárias que se espalhavam por todo o mundo, os choques com o imperialismo e a necessidade de defender as conquistas revolucionárias contra esse, o governo revolucionário impulsionou a nacionalização dos grandes meios da produção e da terra, o monopólio do comércio exterior e a revolução agrária. Da evolução da revolução democrática em socialista, conquistando a independência e soberania nacionais, se instaurou o primeiro Estado Operário do Continente, muito perto dos EUA.

As conquistas revolucionárias das massas cubanas são parte das vitórias e conquistas do proletariado mundial, que abriram caminho à transição ao socialismo. E constam das tradições e das lições que fundamentam o programa da revolução e ditadura proletárias do PPRI. Defendemos essas conquistas contra a degenerescência estalinista da direção guerrilheira e contra o imperialismo que procura destruí-las para restaurar o capitalismo, com o programa e os métodos da revolução política. ●

Avançam as contradições entre as economias das potências imperialistas em decadência e as economias nacionalizadas dos estados operários degenerados

O novo ataque da OTAN a uma ponte que liga a região da Crimeia à Rússia continental levou imediatamente à suspensão do acordo que permitia a exportação de grãos ucranianos pelo Mar Negro. Ainda em resposta ao ataque, a Rússia bombardeou infraestruturas militares, portos, silos e plantações ucranianas. O trigo e o milho tiveram alta no mercado internacional, favorecendo a própria Rússia, exportador desses grãos. A imprensa pró-imperialista fez campanha contra a Rússia, afirmando que haveria fome por causa da não renovação do acordo. Apenas convence os ignorantes, que não sabem que 90% do trigo ucraniano vai para os países mais ricos. E que a Rússia forneceu 12 milhões de toneladas de trigo a países africanos, só no ano passado. Este ano, já ultrapassou os 10 milhões, e prometeu entregar trigo gratuitamente aos países mais pobres.

A contraofensiva prometida pela OTAN configurou um tremendo fracasso. Os tanques alemães Leopard, e estadunidenses Bradley, são abatidos facilmente, a cada dia. A captura de armas da OTAN pelos russos lhes permite conhecer sua eletrônica e sistemas de navegação, para aprimorar as defesas contra elas, ainda que sejam armas de décadas atrás. Mísseis supersônicos russos ultrapassam os lançadores antimísseis ocidentais todos os dias, atingindo alvos a 2 mil km do lançamento. Há 900 tanques russos perto da fronteira ucraniana e da cidade de Kharkiv.

Fora da Ucrânia, a China faz exercícios militares conjuntos com navios russos no Pacífico. A Coreia do Norte avança na construção de mísseis intercontinentais, certamente com apoio russo e chinês. A China iniciou a sua resposta às sanções ianques, com a suspensão do fornecimento de terras raras aos países da OTAN.

Os EUA têm realizado manobras aéreas provocativas, sobre o Irã e a Coreia do Norte. Um jornal britânico mostrou que os EUA não suportariam por mais de uma semana uma guerra com a China, pela escassez de armas navais. A China tem hoje uma frota marítima maior e mais equipada que os EUA.

Na Rússia, Vladimir Putin conseguiu realizar seu encontro de cúpula com os governos da África. A construção de grandes obras no continente e o auxílio russo na extração do petróleo aproximam esses países da Rússia, distanciando-os dos EUA.

Prossegue a guerra civil no Sudão, que tem por trás os EUA e a Rússia. O golpe no Níger, dias antes da cúpula em São Petersburgo, derrubou o presidente apoiado pela França e pelos EUA. Manifestantes pró-golpe diante do palácio do governo portavam bandeiras da Rússia. Todas as potências se perfilaram na defesa do governo deposto, bem ao contrário do que fizeram em relação ao golpe no Peru ou ao fechamento do Congresso no Equador. Embora não digam, a democracia é relativa também para elas.

No Peru, as potências sustentam o governo golpista, e enfrentam as massas em movimento, que exigem, ora a antecipação imediata das eleições, ora a libertação e volta ao poder de Castillo. No Equador, pressionam para que o presidente aplique as reformas enquanto pode, porque pode ficar sem apoio do futuro governo a ser eleito.

Na Guatemala, as pressões externas garantiram o candidato do imperialismo ianque no 2º turno, passando por cima da decisão do Tribunal Eleitoral de lá, que permitiria que o 3º colocado, ligado ao atual governo, participasse. Para tal, a polícia federal foi acionada e invadiu o Tribunal que desagradava aos EUA.

Em Israel, Netanyahu conseguiu fazer aprovar a primeira parte de sua reforma judiciária, que lhe dará poderes ditato-

riais para se impor sobre o judiciário e esmagar as revoltas palestinas. Isto, apesar de grandes e sistemáticas manifestações de massas contra a reforma. O governo sionista conseguiu fazer com que o governo da Autoridade Palestina prendesse lideranças das facções mais radicais islâmicas. Isto, depois de invadir e matar dentro de um campo de refugiados palestino. Os EUA revelaram preocupação de que uma maior repressão aos palestinos afaste ainda mais os países árabes, que se aproximam de Rússia e China.

Estamos diante de conflitos que podem se generalizar pelo mundo, configurando uma guerra mundial, ainda que não declarada. Por trás dos golpes, das eleições, dos tratados e da ruptura deles, estão de um lado as potências imperialistas, e de outro, os estados operários degenerados. A situação se assemelha em grande medida àquela vivida às vésperas da 2ª guerra mundial. A grande diferença é que, naquele momento, os EUA compareciam como potência mundial ascendente, apesar de suas crises. Hoje, tanto os ianques como as potências europeias e o Japão, comparecem como potências em declínio. As economias nacionalizadas, apesar das burocracias contrarrevolucionárias, entram como força ascendente. Sua ascensão se explica em grande medida pelo processo de desindustrialização das potências imperialistas, cada vez mais reduzidas a sedes de capital parasitário. O avanço de um lado corresponde ao retrocesso do outro, confirmando a tese leninista de que, sob o capitalismo em decomposição, só pode haver avanço das forças produtivas em uma região à custa de retrocesso em outra.

É preciso notar, porém, que as economias de Rússia e China estão inseridas num mundo capitalista. O crescimento econômico sobre essa base leva a que assimilem as crises próprias do capitalismo, já inicialmente sentidas na China, em setores como construção civil, por exemplo. As economias nacionalizadas possuem um enorme potencial de desenvolvimento, mas em última instância dependem do avanço da revolução mundial socialista, hoje estagnada. As burocracias dirigentes de Rússia e China, por se apoiarem apenas na necessidade de preservar sua fonte de poder e ganhos, são incapazes de levar adiante essa tarefa. Procurarão sempre a via do acordo com o imperialismo, ainda que este esteja em decadência. Os momentos de paz serão apenas intervalos entre as guerras. A crise de direção revolucionária do proletariado se mostra concreta diante dessa situação. Sem o partido da revolução mundial, e sem o avanço da revolução socialista internacional, não será possível alcançar a paz e o desenvolvimento que permita eliminar o sofrimento social das massas. É por isso que nossa tarefa central reside na construção do partido proletário internacionalista, que terá de se construir sobre a base da experiência acumulada em teoria, programa e métodos, da luta do proletariado mundial.

Neste momento de guerra entre a OTAN (usando a Ucrânia como enclave militar) e a Rússia, o interesse do proletariado mundial está na preservação das conquistas da revolução russa, e também a chinesa. Essas conquistas são a nacionalização dos ramos fundamentais da economia, que permanecem sob controle do Estado operário degenerado. Por isso, cabe se colocar na defesa da DERROTA MILITAR DA OTAN, uma derrota do imperialismo mundial, e ao lado da Rússia, sem apoiar politicamente seu governo ou seus métodos burocrático-militares. A derrota do imperialismo interessa diretamente ao proletariado mundial, no caminho da revolução mundial socialista. ●

Alguns pontos da situação econômica da China

Como parte do esforço de compreender a economia dos principais países do globo e fundamentar a oposição entre os estados imperialistas e os estados operários degenerados, que se manifesta tanto na chamada “guerra comercial” quanto na expansão militarista da OTAN, visível agora com a Guerra na Ucrânia, trazemos agora alguns dados recentes, mas, ainda assim incompletos, da economia chinesa.

O abandono da caracterização dos Estados Operários degenerados por toda a esquerda, mesmo a autodenominada “trotskista”, revela a ausência de compreensão das relações econômicas mundiais, com a finalidade, por parte destas esquerdas, em adotar posições democratizantes, que se apoiam em análises da política dos Estados, desconsiderando o fundamento de classe da economia desses Estados operários, que é a propriedade estatal/nacional, fruto das revoluções proletárias.

A interpretação segundo a qual o assim chamado “capitalismo de Estado” e as formas de assalariamento, que existem na China, são apenas “variantes” do capitalismo mundial, nega a tradição leninista-trotskista. Encarar a China como uma potência imperialista, portanto, fundamentalmente, exportadora de capital, significa supor, em oposição ao leninismo, que não estamos na fase última de decomposição capitalista, que há a possibilidade de países passarem de economias atrasadas a super industrializadas, apenas pela vontade de burocracias/oligarquias/capitalistas (conceitos tomados como “sinônimos” pelos revisionistas) locais. Ao mesmo tempo, esta “passagem” representaria a negação do prognóstico de Trotsky de que o retorno ao capitalismo, pelos países que realizaram as revoluções proletárias, não os conduziram a uma situação de penúria, enquanto países reintegrados ao sistema mundial capitalista como semi-colônias. A negação do leninismo-trotskismo conduz os agrupamentos de esquerda a considerarem a possibilidade de um “capitalismo em um só país”; aí sim “variante” das posições estalinistas do passado, da possibilidade de um “socialismo em um só país”.

A China, por esta ótica, teria passado de um país miserável a superpotência, apenas ao aplicar as regras de mercado e desenvolvimento capitalistas, próprios do século XIX, paralelamente às inúmeras crises do capitalismo, ao longo dos últimos 70 anos.

Contra essa invenção vulgar, de revisionistas do marxismo, Trotsky, ainda na década de 1930, em “A Revolução Traída” (1936), ou em “Em defesa do marxismo” (1939), não tem dúvida de que a então URSS não estava ainda na fase “socialista”, primeira etapa do comunismo, mas na etapa “transitória”, “preparatória” para o socialismo, o que implicava deformações econômicas terríveis, como *“recorrer às habituais normas do salário, isto é, à repartição de bens segundo a quantidade e a qualidade do trabalho individual”* (capítulo III, de “A Revolução Traída”), o que significava manter, no seio dos Estados Operários, a lei do assalariamento, não em benefício de capitalistas individuais, mas da acumulação de

riquezas centralizadas pelo Estado, de onde derivava um tipo específico de economia transitória, uma forma de “capitalismo de Estado”, possível única e exclusivamente no Estado Operário (capítulo IX, também de “A Revolução Traída”), que potencializou a propriedade estatal, em dimensões que nenhum país capitalista já conheceu ou poderá ainda conhecer. A acumulação de riquezas no seio do Estado também produziu uma casta parasitária, já na época de Trotsky, a casta burocrática, que extraía seu poder político e econômico da existência do Estado Operário (economia nacionalizada) e da acumulação de riquezas e do excedente, produzidas pelo trabalho, por meio das “habituais normas do salário”.

A situação econômica da China é parte do processo transitório de preparação para o socialismo, carregando, por sua própria natureza, as contradições deste processo, que é, ao mesmo tempo, estimulado pela desagregação do sistema produtivo capitalista e freado pelas tendências restauracionistas da burocracia estatal. O fundamento econômico deste processo e da própria economia chinesa é a grande propriedade estatal, força motriz da economia e fundamento político dos vaivéns da burocracia.

INDÚSTRIA

A indústria chinesa é a maior do planeta desde 2010, e segue há treze anos com a maior capacidade de produção de manufaturas. Possui já a maior produção, de 40% dos 500 principais produtos industriais do planeta. Em 2020, alcançou a marca de 31,28% de participação na produção mundial, seguida pelos EUA, com 15,95%; Japão, com 6,57%; e Alemanha, com 4,57%. O crescimento rápido de 21,65%, em 2010, para os mais de 31%, em 2020, ocorreu com a diminuição dos demais países: EUA, -3,47%; Japão, -1,70%; Alemanha, 1,28%, etc.

Quando olhamos para as exportações mundiais da indústria de transformação, a distância entre a China e os demais países é menor, mas, ainda assim, enorme. Os dados de 2019 mostram que China teve 15,65% das exportações; em seguida, temos Alemanha com 8,99%; EUA com 8,88%; e Japão com 4,16%. O Brasil, aparecia em 30º lugar, com apenas 0,83%.

O crescimento industrial da China, ao contrário do que se convencionou acreditar, não ocorreu apenas após a abertura econômica, em 1979. Houve uma progressiva industrialização do país, desde 1952, fruto, portanto, da revolução proletária de 1949. Em 1952, a agricultura correspondia a quase 70% do PIB do país, e a indústria não chegava a 8%. Em 1978, a indústria já correspondia a 36% do PIB, e a agricultura caíra a 37%. Durante este período, criou-se um parque industrial que serviria para a “modernização” do período seguinte.

Com o anúncio de abertura econômica, produzida a partir das reformas de Deng Xiaoping, houve captação de recursos externos, com endividamento, que possibilitou a importação de máquinas e equipamentos. A “descoletivização” das terras, ainda que permanecessem sob a propriedade do Estado, gerou um aumento da produtividade rural, que garantiu um

primeiro salto industrializante, com o desenvolvimento de empresas rurais, *Township and Village Enterprises* (TVEs), cuja origem esteve ligada ao desenvolvimento rural, mas, após as reformas, poderiam atuar em qualquer ramo, criando, ao longo da década de 1980, fábricas de pequeno porte. Apesar da diversificação que as TVEs produziram, o Estado ainda era o promotor da industrialização geral, por meio da captação de recursos externos. A partir dos anos de 1990, a transformação industrial do país ocorreria por meio das SOEs, *State Owned Enterprises*, as empresas estatais que adotariam sistemas de assalariamento e produtividade mais próxima das empresas privadas, aumentando a produção e sendo incentivadas à exportação, por meio de *tradings* estatais. A política de desvalorização do yuan por três décadas (1980 a 2010), assim como a política de incentivos fiscais, que atraía empresas privadas para as Zonas Especiais, desde que elas reinvestissem seus lucros no país, também serviria para a rápida e ampla exportação de produtos manufaturados. A entrada das multinacionais nas Zonas Especiais, no litoral chinês, era, no entanto, também controlada pelo Estado, seja ao exigir a transferência de tecnologia, seja ao exigir a demanda de matérias-primas locais, seja se apropriando de parte da mais valia por mecanismos fiscais e bancários

Embora todos tenham ações nas bolsas de valores, o governo chinês é majoritário, e controla sua administração, de modo a atuar em grandes áreas econômicas de desenvolvimento do próprio país (agricultura, indústria, infraestrutura, etc.).

O Investimento Direto Estrangeiro, que era proibido até 1978 e liberado em seguida, o foi com restrições definidas pelo governo. Segundo diversos autores, o IDE atuou menos na formação bruta de capital fixo, que, no final dos anos de 2010, era próximo dos 7%, e mais para estimular a absorção de tecnologia e fomentar a exportação. Ou seja, o capital, que não encontrava meios de se reproduzir em escala ampliada nos países imperialistas e semicoloniais, pôde servir para a expansão da indústria chinesa, sob base estatal. Enquanto lucrava com as exportações, utilizando-se da barata mão-de-obra proletária do país, criava os meios pelos quais o capital privado se reconveria em propriedade estatal.

Apesar de o Estado se ter comprometido a assumir as regras do Tratado internacional sobre propriedade intelectual, *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS), a “cópia” da tecnologia estrangeira nunca foi, de fato, combatida, realizando uma extensa e talvez a maior expropriação de tecnologia entre os países, em tão curto tempo. Esta política industrial, controlada pela burocracia do Estado operário chinês, levou a um crescimento nas exportações sem precedentes na história dos últimos cem anos. Em 1994, a China exportava US\$ 121 bilhões; no ano de 2008, de crise intensa do capitalismo global, já exportava US\$ 1,43 trilhão; em 2022, as exportações chinesas chegaram a uma nova máxima histórica, de US\$ 3,59 trilhões, com superávit de US\$ 877,6 bilhões, em relação às importações.

Segundo dados do Banco Mundial, em 2022, 34,9% do PIB chinês originou-se do setor industrial, que empregou direta-

mente 27% da população. A indústria também continua crescendo acima das expectativas de analistas internacionais: em junho de 2023, cresceu 4,4%, em relação a junho de 2022, puxando o crescimento do PIB, no primeiro semestre deste ano, para 5,5% em relação ao ano anterior, acima da meta de crescimento, prevista em 5%. O crescimento industrial, aliás, sempre esteve vinculado a um investimento estatal, mostrando que a forma de acumulação, ainda que utilizando formas de capitalismo de Estado, não se assemelha às formas de acumulação de países capitalistas. De 2003 para cá, a taxa de FBC (formação bruta de capital) sempre esteve acima de 32% sobre o PIB nacional. Esta taxa no mundo, entre 2002 a 2011, foi de 23%; no Brasil, de 17%, revelando o peso do investimento sobre a indústria e sobre a economia como um todo superior à de qualquer país.

SITUAÇÃO DOS BANCOS CHINESES

Diferente do restante do planeta, os maiores bancos da China são estatais. Na lista de 2022, os quatro maiores bancos do mundo eram: Banco Industrial e Comercial da China (IDCBY), Agricultural Bank of China (ACGBY), China Construction Bank (CICBY), Bank of China (BACHY), cada um dos quais com patrimônio líquido superior a US\$ 330 bilhões.

Embora todos tenham ações nas bolsas de valores, o governo chinês é majoritário, e controla sua administração, de modo a atuar em grandes áreas econômicas de desenvolvimento do próprio país (agricultura, indústria, infraestrutura, etc.). Por exemplo, o Banco Agrícola da China atuou fortemente nas últimas décadas para manter uma política de preço duplo dos produtos agrícolas: um preço para o mercado e outro pro Estado, depois do processo de “descoletivização” da década de 1980, que incentivou o trabalho familiar privado sobre a terra, e que, nos últimos anos, têm servido para impulsionar também o agronegócio, com empresas privadas como Hopefull Group. Mas, além de impulsionar as formas capitalistas, o Banco foi responsável por executar o Plano de Crédito para as áreas rurais, centralizando as Cooperativas de crédito rural, o que, sem dúvida, impulsionou a melhora das condições de vida das massas camponesas nos últimos 40 anos.

Segundo dados de organismos internacionais, como Banco Mundial e Unicef, a taxa de pobreza absoluta caiu, de 88,3%, em 1981, para 0,3%, em 2018. Todas as crianças e os adolescentes terminam hoje a escolaridade obrigatória, de 15 anos, sem ter de trabalhar. A melhoria gradual e geral das condições de vida, no entanto, também se sustentaram por endividamento de famílias e dos governos locais, gerando um problema de Dívida Pública, que será colocado mais à frente. Em 2020, foi anunciado um novo programa pelo Ministério de Agricultura e Assuntos Rurais, que contará com os recursos do banco para integrar as zonas rurais à indústria moderna chinesa. Hoje, a China já é a maior produtora agrícola do planeta, com cerca de 686 milhões de toneladas de alimentos (2022), que são quase completamente consumidos pelo mercado interno (diferentemente do que ocorre no Brasil, por exemplo), e que cresce já pelo 19º ano consecutivo.

O maior banco do planeta, o Banco Industrial e Comercial da China, é centrado na concessão de crédito para a indústria do país. Serviu e serve para um desenvolvimento industrial nos últimos vinte anos, que não tem preceden-

tes em quaisquer países capitalistas. Em 2015, por exemplo, quando se lançou o programa “Made 2025”, compôs com outros recursos do governo central um fundo de cerca de US\$ 2,7 bilhões, para investir em “manufatura avançada”. Em termos de investimento para pesquisa e inovação em tecnologia para a indústria, os Fundos existentes desde 2015 deveriam totalizar próximo dos € 20 bilhões, enquanto um programa parecido, na Alemanha, contava no período com apenas de € 200 milhões.

O Banco de Construção da China é outro que atua, sobretudo, com o desenvolvimento e crescimento interno. É o maior conglomerado financeiro do mundo. Ainda que tenha atuação em todo planeta, e seja credor de gigantescas empresas capitalistas, como a endividada “Evergrande”, o governo chinês ainda detém 70% de suas ações, controlando sua política.

Quando se olha para toda a estrutura do sistema bancário na China, temos cerca de 54,6% de “bancos estatais”, mais 10,4% de “cooperativa de crédito”, mais 11,4% de “bancos políticos” (“policy bank”, com investimentos públicos específicos, sem fins lucrativos), que têm forte atuação no desenvolvimento interno da indústria, do comércio e da infraestrutura em todo país, contra 15% de “bancos comerciais” (“join-stock commercial banks”) e 1,6% de “bancos estrangeiros” (dados da primeira década dos anos 2000). Considerando o tamanho, o volume de recursos e o controle estatal, não há nada parecido em todo o planeta: cerca de 70% dos ativos do mercado de crédito estão nas mãos do governo.

O sistema bancário da China, instituído por formas do capitalismo de Estado, mas possibilitado pela propriedade nacional/estatizada, fruto da revolução proletária, não encontra par no planeta, e não pode ser destruído por nenhum mecanismo puramente econômico. Sua capacidade de investimento em todas as áreas produtivas é muitas vezes superior à de qualquer país capitalista, com a fundamental diferença que está nas mãos da burocracia estatal, e não de grandes acionistas privados, a exemplo dos grandes bancos capitalistas dos EUA, Europa e Japão.

DÍVIDA PÚBLICA E RECURSOS FINANCEIROS

Como já adiantamos, houve amplo endividamento do Estado chinês para o seu crescimento. A Dívida Pública, de estados, municípios e instituições do setor estatal cresceram, em termos nominais, de US\$ 278,4 bilhões, em 2000, para US\$ 12,74 trilhões, no final de 2021. Algumas estimativas atuais apontam que a Dívida Pública está próxima dos US\$ 18 trilhões, o que equivaleria a cerca de 100% de seu PIB. O valor é inferior à relação que existe nos EUA, de cerca de 122% do PIB, ou do Japão, que ultrapassa os 260%, mas, ainda assim, é elevado, devendo ser explicado.

No interior da Dívida Pública chinesa, há os LGFVs, veículos de financiamento local, que servem aos governos das províncias e municípios captarem recursos, e que, aparentemente, não aparecem nos balanços destes governos,

Ainda que esse crescimento se tenha dado sobre a base do retrocesso das economias dos países imperialistas, atesta a superioridade econômica pela qual Lenin e Trotsky buscavam em relação às potências, e sem a qual o caminho da transição ao socialismo estaria bloqueado.

constituindo o que se tem chamado de “dívida oculta”. Estes LGFVs totalizariam já cerca de US\$ 8,2 trilhões, em 2022. Segundo o banco Goldman Sachs, 40% do endividamento serviria para o investimento em setores de construção, transporte e conglomerados industriais, enquanto 60% dos títulos emitidos estariam sendo usados para o pagamento de dívidas vencidas entre 2020 e 2021, mostrando um parasitismo em torno destes títulos. Algumas agências de risco avaliaram que, em 2022, 1/3 das cidades chinesas possuíam dívidas que ultrapassavam 120% de sua receita.

Quando se fala da Dívida geral da China, o que inclui governo, empresas e famílias, algumas estimativas apontam para cerca de 282% do PIB do país, o que seria superior à de outras potências, como EUA, com cerca de 257%. A particularidade deste endividamento chinês é o seu rápido crescimento, porque teria dobrado nos últimos 15 anos, após a crise global de 2008. Por este dado, sabemos que o Estado chinês atuou fortemente para manter a economia em alta, subsidiando ainda mais as principais atividades econômicas, ligadas à indústria e à agricultura. Um setor altamente endividado é o da construção civil, que têm visto crises em empresas particulares, como a Ever-

grande, e dificuldades de continuar a expansão das primeiras duas décadas do século XXI.

A China, no entanto, também é uma das maiores credoras de Dívidas do planeta, não só de países imperialistas, mas também de países semicoloniais. No presente ano, já é a segunda maior credora do planeta, atrás apenas do FMI. Estima-se que tenha emprestado cerca de US\$ 1 trilhão para 150 países “em desenvolvimento” na última década, além de ter outras centenas de bilhões em títulos de Dívidas de países imperialistas (chegou a ter US\$ 1 trilhão apenas de títulos dos EUA, quando, em 2022, vendeu mais de US\$ 113 bilhões destes). Também possui uma das maiores poupanças internas do planeta, que, em 2022, contava com US\$ 2,589 trilhões. Estes elementos em conjunto revelam que o “peso” da Dívida chinesa não é o mesmo ao de outros países, sobretudo porque sua soberania nacional não a faz se submeter à política econômica do capital financeiro. A exemplo do Japão, que mantém os juros baixos, a taxa anual da China esteve em torno de 2,65%, em junho do presente ano, tendo já cortado duas vezes nos últimos doze meses.

A trajetória chinesa de crescimento prova o grande potencial da economia nacionalizada pela Revolução Proletária, apesar da burocracia contrarrevolucionária. Ainda que esse crescimento se tenha dado sobre a base do retrocesso das economias dos países imperialistas, atesta a superioridade econômica pela qual Lenin e Trotsky buscavam em relação às potências, e sem a qual o caminho da transição ao socialismo estaria bloqueado. A elevação da China à maior produtora mundial, e da Rússia à auto sustentabilidade, como veremos nas próximas matérias do “O Internacionalista”, comprovam historicamente a validade da construção da transição ao socialismo como meio de superação revolucionária do capitalismo. ●

África: imperialismo e Estados Operários degenerados disputam hegemonia no continente

A reunião da OTAN em Vilna, Lituânia, teve, por principal acordo, continuar financiando e armando a Ucrânia. O solo ucraniano continuará como campo de guerra da OTAN contra a Rússia. No encerramento, a Declaração deixou evidente que se aprovou o uso de armas nucleares para defender os interesses da OTAN e de seus membros. Os objetivos belicistas da OTAN não se restringem à Europa. A declaração contém ainda a afirmação do seu “direito” de intervir no “Oriente Médio e África” e no “Indo-Pacífico”, consideradas “regiões de interesses estratégicos” para seus membros.

Os objetivos dessas declarações são os Estados Operários degenerados da Rússia e China, fundamentalmente, que vêm fortalecendo e estendendo seus interesses e alianças conjuntamente pelo mundo todo, especialmente nas “regiões estratégicas” referidas pela OTAN. Essa expansão do campo de ação militar da OTAN da Europa para todo o globo é uma clara exposição da transformação, cada vez mais rápida, da guerra comercial em manobras e ameaças militares – mais ou menos explícitas. Mas, esse objetivo ainda terá de superar inúmeros obstáculos internos. Os países membros da OTAN encontram-se incapacitados para travar uma guerra em escala internacional, e com uma indústria militar ineficiente (pelo menos, muito menos preparada que as da Rússia ou China) para cumprir tal tarefa. Aliás, suas burguesias são assombradas pelas consequências da crise sobre as condições de vida das massas, a instabilidade dos regimes políticos e os avanços da luta de classes. As massas e as nações se empobrecem, os direitos sociais e serviços públicos são destruídos, enquanto o grande capital enche seus bolsos com dezenas de bilhões vindos do financiamento para a Ucrânia e dos cortes orçamentários.

A Declaração inclui ainda a orientação aos países membros para irem erguendo mecanismos e instrumentos para submeter ditatorialmente as massas e as forças produtivas internas aos objetivos do capital financeiro e monopolista na Ucrânia, Ásia e África. Ou seja, orienta como e em que medida “militarizar” as relações entre o capital e a força de trabalho. Isso é o que significa afirmar que se deve “*impulsionar a capacidade nacional e coletiva*”, para “*garantir a continuidade da governabilidade*” em qualquer cenário colocado, para dessa forma “*possibilitar o apoio civil às operações militares*”. Medidas que poderão ser “*assumidas coletivamente*”, ou seja, garantidas por outros países membros, caso um país se mostre incapaz de fazê-lo sozinho. Trata-se da adaptação do Artigo 5º da OTAN (que possibilita a intervenção coletiva da OTAN em defesa de um membro) às condições internas dos países aliados.

A cúpula de Vilna deixou evidente que o imperialismo se organiza para estender seu intervencionismo militar por toda parte, e trilhar a via de regimes bonapartistas, burocrático-militares, caso seja necessário. Sobretudo, deixou evidente que está disposta a levar seu combate contra a Rússia e a China para cada país em que eles firmarem pé ou deslocarem seus interesses. Entretanto, Rússia e China também se vêm movimentando no mesmo sentido. As burocracias agem empiricamente nesse sentido, sentindo o chão tremer sob seus pés. Para cada manobra imperialista, há uma contramedida burocrática. Assim como a preparação do esmagamento do Leste ucraniano seguiu a ofensiva russa

e anexação desses territórios, há agora um avanço no estreitamento das relações da Rússia com os países africanos que se revoltam contra os ditames imperialistas. Eles procuram apoio, financiamento, recursos e equipamentos militares, russos e chineses. Eis porque, alguns dias depois da reunião da OTAN na Lituânia, a Rússia realizou reuniões de cúpula de estado com diversos países africanos.

A “cúpula Rússia-África” firmou diversos documentos de cooperação estratégica entre aquela e diversos países africanos. Acordou-se, dentre outras coisas, a provisão grátis de grãos russos aos que necessitarem; a criação de um sistema de pagamento em “moedas nacionais” (evitando o dólar estadunidense); o fortalecimento dos intercâmbios econômicos e exercícios militares: a garantia do governo russo em prover investimentos para obras de infraestrutura (hidrelétricas, rodovias, energia, portos e até um sistema de centrais nucleares móveis em barcos, dentre outros acordos iniciais) e equipamentos (tratores, maquinaria agrícola, tecnologia nuclear e petrolífera, etc.). Nesse sentido, Putin anunciou que não irá cobrar dívidas dos países africanos com a Rússia, de mais de US\$ 23 bilhões, e investimentos diretos no valor de US\$ 90 bilhões. Essa manobra da burocracia russa não é nova. Quando ainda existia a URSS, medidas semelhantes serviram para fornecer apoio diplomático, militar, técnico, econômico e financiamento para as resoluções em Angola, Moçambique, Congo ou Madagascar – para citar alguns países. A disputa entre o Estado operário russo com o imperialismo prossegue, desde aquela época, ainda que sob novas condições e novas formas, estendendo-se para o Leste Europeu e passando ao Oriente Médio e América Latina, para agora se voltar mais uma vez à África.

É nesse quadro de manifestação das tendências gerais da crise mundial que se deve entender o que se passa com a ruptura, por vários países africanos, de suas relações com o imperialismo, e sua aproximação, em maior ou menor medida, com a Rússia e a China. É o caso do golpe de estado em Níger, em 26 de julho, com apoio das Forças Armadas no seu conjunto. Deposto Mohamed Bazoum, eleito em 2021, a Junta Militar golpista mostrou-se favorável a estreitar laços com a Rússia. A França ameaçou a seguir invadir o país, e repor a seu posto o presidente deposto. O governo francês, horas antes do golpe, impôs ao governo deposto uma “ordem executiva”, assinada pelo ex-ministro de Assuntos Exteriores, que permitia tropas francesas invadirem o país. A Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), cujos governos são subordinados ao imperialismo, decidiram cortar laços diplomáticos, e advertiram a Junta Militar provisória que não se descartava o “uso da força” e a invasão do Níger com tropas da “aliança” e de “países aliados” (França, EUA, Inglaterra, etc.), para restabelecer o governo deposto. Esse é o sentido da declaração da União Europeia (UE), de “não reconhecimento” do governo “ilegítimo”.

A ameaça esbarrou na decisão dos militares do Níger, Mali e Burkina Faso (ex-colônias francesas, hoje aliadas à Rússia) de responder militarmente, de forma conjunta, a qualquer invasão do país, seja uma operação africana ou de outros países. Mali e Burkina Faso eram países nos quais estavam alojadas tropas francesas, para supostamente enfrentar “jihadistas”, mas que serviam de instrumento de ocupação

de países provedores de importantes minérios e matérias-primas para a indústria nuclear, industrial e militar. Quando os protestos populares no Níger exigiram a saída das tropas francesas de seu país, se estavam desenvolvendo os preparativos do golpe. O mesmo tinha acontecido em outros países. A Junta Militar do país anunciou ainda o fim das exportações de urânio e minérios à França. 35% do urânio, que as instalações nucleares na França consomem, provém desse país, no que é seguido pelo Cazaquistão (28,9%), Uzbequistão (26,4%) e Austrália. A maioria do combustível nuclear francês provém agora de países aliados ou subordinados à burocracia russa. A decisão é, todavia, um ato soberano de um país, cujas riquezas enriqueceram por décadas os capitalistas e tubarões das finanças imperialistas, enquanto o país semicolonial recebia esmolas, e tinha de arcar com a destruição do meio-ambiente e a miséria de sua população. Isso explica porque o imperialismo em bloco ameaça responder com represálias. O que se passou no Níger, Mali e Burkina Faso vem acontecendo com outros países que se aproximam da Rússia e da China, e indica o que poderá acontecer com EUA, Inglaterra, Alemanha e Japão – seja na África ou na Ásia.

Não há como separar os choques mundiais entre o imperialismo e os Estados Operários degenerados de seus efeitos que se manifestam na África, que têm especial relevância por sua situação geográfica privilegiada nas rotas comerciais mundiais, e por constituir o mais importante reservatório de petróleo, ouro, cobalto, urânio, gás, terras e outros recursos ainda inexplorados. Seu controle, não apenas garante acesso a fontes de matérias-primas necessárias ao funcionamento das economias e indústrias (tanto em épocas pacíficas, quanto de guerra), como permite impor os preços de mercado das

matérias-primas (subindo-os ou baixando-os, restringindo a exploração), afetando cadeias produtivas inteiras de seus concorrentes. Os países africanos são arrastados pela maré de golpes, manobras e acordos que refletem os choques das potências imperialistas com os Estados Operários degenerados.

A Rússia ganha mais apoio entre as massas africanas, porque é vista como aliada na luta por romper com a opressão nacional, e superar o atraso e a fome. Putin, além dos investimentos e envio de maquinaria, já enviou milhares de toneladas de grãos a Niger, Mali, Burkina Faso, Etiópia, Sudão e Somália, grátis. Essas manobras burocráticas têm um claro interesse: manter seu parasitismo da economia nacionalizada na Rússia, e se apresentar como “guardião dos povos oprimidos”. Mas, é inimiga da luta revolucionária e da extensão da revolução mundial, porque ameaçaria suas manobras de conciliação com o imperialismo. As massas africanas não conseguem enxergar essa política reacionária da burocracia herdeira do estalinismo, porque não contam com sua direção revolucionária.

Assim como aconteceria com a derrota da OTAN na Ucrânia, a expulsão do imperialismo da África favorecerá a luta internacionalista pela defesa das conquistas revolucionárias, ao enfraquecer o imperialismo, tirando-lhe bases de apoio de suas economias, ou seja, esgotando suas capacidades de ofensiva sobre os Estados Operários degenerados. Essa luta deve ser travada com total independência do jogo das burocracias reacionárias e sem conceder nenhum apoio político a governos burgueses. A tática revolucionária tem hoje um caráter duplo: combater no campo da defesa das conquistas revolucionárias e da luta pela revolução social, sob o programa e estratégia proletárias. ●

Eleições na Espanha: **direita e esquerdas burguesas não alcançam maioria para formar o novo governo burguês**



O resultado das urnas, em 23 de julho, surpreendeu os comentaristas burgueses, em relação à indefinição colocada para o comando do Estado espanhol. As pesquisas de opinião, bem como a maior parte da mídia burguesa, dava como certa a vitória do Partido Popular, de direita, nas eleições gerais. Houve a vitória apertada do PP, mas com um resultado inferior ao que esperava, assim como ao que teve a ultradireita – o partido Vox ficou com 19 deputados a menos, apenas 33, de modo que a unidade entre

os dois partidos de direita ainda não levaria à maioria para garantir o comando do Estado, pelo primeiro-ministro, hoje do Partido Socialista, PSOE. Em tese, para comandar, é preciso 176 cadeiras; o conjunto das esquerdas alcançou 172 e a direita, 171. Tanto a “esquerda” quanto a “direita” burguesas dependem de um acordo com grupos separatistas da Catalunha para obter maioria.

A “derrota” da direita e a “indefinição” do comando do governo não são, de fato, surpreendentes. Há um proces-

so contraditório em relação à política burguesa, que apenas em sua manifestação mais aparente “surpreende”. De um lado, há um processo objetivo de direitização da burguesia mundial, que se manifesta em mais uma rodada de contrarreformas, como a que se iniciou com o governo de Macron, na França, e a imposição da reforma das aposentadorias, na adoção de políticas de maior austeridade fiscal para beneficiar o pagamento de juros das Dívidas Públicas (por governos de “esquerda”

ou de “direita” em todo o planeta), e no aumento dos orçamentos militares nos principais países imperialistas, incluindo a própria Espanha, que havia anunciado em 2018 que aumentaria em 73% este orçamento, em seis anos. De outro, há uma propaganda mundial do imperialismo para fortalecer a “democracia” representativa, que se apresenta como “temerosa” em relação ao aumento dos partidos da ultradireita, e que alimenta processos de cassação de alguns de seus representantes, como Bolsonaro, no Brasil, e Trump, nos EUA. As sanções, por exemplo, contra a Hungria, dirigida por um partido da ultradireita, busca criar uma sensação de que os órgãos imperialistas temem o “desrespeito” aos direitos humanos e o ataque às minorias. Estes dois fenômenos, entretanto, de direitização objetiva e de “combate” subjetivo ao fascismo não são realmente opostos. A tendência objetiva se impõe mesmo e, sobretudo, a partir dos governos ditos de “esquerda” ou “democráticos”, que resultam de frentes amplas, como no Brasil ou na França. O aumento dos orçamentos militares, por exemplo, os quais chegaram a mais de US\$ 2 trilhões, em 2021, revela que diferentes governos impulsionam as tendências

bélicas pelo mundo, do mesmo modo que garantem a política do capital financeiro, estrangulando os serviços sociais em favor do pagamento dos juros das dívidas, sejam em países como Argentina ou Brasil, seja em países como Inglaterra ou Espanha.

A “indefinição” quanto ao futuro do governo espanhol revela, mesmo com as distorções próprias de todo processo eleitoral burguês, que as massas do país não encaram os diferentes partidos como essencialmente distintos. A discussão sobre o aumento do PIB, impulsionado pelas exportações, assim como a diminuição do desemprego e da inflação, levantada pela ala governista, não pode convencer a maioria nacional, que sofre com a inflação nos produtos básicos da alimentação e dos combustíveis acima de 10%, ou com a queda na renda per capita, mostrando um empobrecimento geral da população.

A possibilidade de ocorrer um novo pleito não está descartada, se não houver um bloco majoritário para assumir o comando do Estado. Com novas eleições ou com os acordos para garantir um governo da “direita” ou da “esquerda”, o certo é que o programa que tem dirigido o Estado espanhol continuará

vigente. No final de março, foi aprovada uma nova Reforma da Previdência no país, que aumentou também a idade de aposentadoria para os próximos anos, e as alíquotas de arrecadação. Madri sediou, em junho de 2022, a cúpula da OTAN, que demarcou a nova política bélica do imperialismo para o conjunto do globo, e com uma diretriz para cercar a China e conter a Federação Russa. Logo, não importa qual será o novo governo burguês saído das eleições: a direitização da burguesia, o domínio do capital financeiro, e suas tendências fascitizantes continuarão vigentes e em curso.

É preciso que as massas espanholas, que sua classe operária, levante um programa de oposição revolucionária ao novo governo burguês, partindo da necessidade de combater a inflação por meio da escala móvel de reajustes, por meio da defesa do emprego a todos, de derrubada das contrarreformas, de não pagamento da Dívida Pública, de não apoio à guerra da OTAN na Ucrânia. Estas são reivindicações imediatas, que devem servir para impulsionar a luta contra os governos e os capitalistas e garantir a independência de classe das massas exploradas na Espanha, colocadas, agora, sob a ilusão de “escolha” do novo governo burguês de plantão. ●

ISRAEL / *O governo ultradireitista avança a Reforma judicial, as massas respondem com mobilizações massivas*

O governo ultradireitista de Netanyahu, finalmente, deu seu golpe institucional, aprovando a primeira fase da reforma Judicial, mergulhando o país em uma nova fase da profunda crise política institucional e social, após declarado o choque entre o executivo e a maioria do Parlamento contra o poder judiciário. Em 24 de julho, o Knesset aprovou a primeira de uma série de projetos de leis, que objetivavam disciplinar e centralizar ditatorialmente as decisões e instituições judiciais. A lei aprovada praticamente elimina qualquer possibilidade ou recursos dos tribunais de anular decisões do governo.

A vitória da coalizão ultranacionalista e reacionária demonstrou a impotência da oposição em frear a ofensiva, no quadro da resistência institucional e das negociações. A aprovação se deu inclusive contra a oposição dos EUA, que afirmou em declaração pública que a aprovação da lei foi “infeliz”, e afunda ainda mais o país no divisionismo. É certo que ainda restam ferramentas legais e instrumentos jurídicos para revisar as decisões políticas pelos tribunais. Mas isso significaria uma declaração de ruptura com a coalizão fascitizante e chauvinista que controla o Parlamento e o Executivo. É pouco provável que juízes e o Superior Tribunal de Justiça decidam seguir essa trilha, que alavancaria uma verdadeira crise de poder e um choque institucional de proporções incalculáveis. Israel acha-se cada vez mais isolado em face do reatamento das relações diplomáticas entre países árabes, até ontem inimigos, graças ao intervencionismo

diplomático chinês, de um lado, e de outro, pelas crescentes tendências das massas árabes a confluírem em seu ódio de classe e nacional contra o genocídio e colonização sionistas, defendida e apoiada pelo imperialismo norte-americano, fundamentalmente.

A crise e os choques institucionais ainda não avançam para a desagregação do Estado sionista e um choque violento entre as frações burguesas. Nem o imperialismo, nem as frações burguesas sionistas, internas e externas ao país, chegaram ao ponto de enfraquecer o Estado de Israel, o que favoreceria a luta nacional das massas palestinas e seus aliados iranianos, sírios e turcos, ainda que cada um defendendo seus interesses particulares. Quem ainda se fortalece são os Estados operários degenerados chinês e russo, prejudicando ainda mais o imperialismo. Mas a crise pode abrir caminho para uma via de fortalecimento da luta das massas árabes contra a opressão nacional.

As direções sindicais colaboracionistas do Histadrut (principal central sindical do país) se negam a convocar uma greve geral por tempo indeterminado, objetivando derrubar a reforma. Eis porque as greves de médicos, e a recusa de milhares de reservistas a se apresentarem ao serviço, não ultrapassam as medidas parciais, que não abalam a disposição do governo a continuar em sua ofensiva. A burocracia sindical teme que uma medida dessa acabe por abrir as comportas às reivindicações que colocam em choque os explorados contra seus exploradores, dando um

impulso à luta de classes.

A derrota da Reforma Judicial pela luta das massas nas ruas não apenas seria uma vitória (ainda que parcial) contra as tendências autoritárias e ditatoriais da burguesia, como deixaria em melhores condições os explorados para impor suas reivindicações. Especialmente, iria favorecer enormemente a luta dos palestinos contra a opressão nacional e a colonização, perante um estado sionista abalado pelas suas contradições internas. Enquanto a burguesia sionista e imperialista, apesar das disputas intestinas entre suas diversas frações, não tem em seus cálculos chegar a esse extremo, é sim do interesse das massas exploradas avançar por essa trilha. Eis a importância da vanguarda com

consciência de classe em convocar as massas palestinas a apoiar as manifestações e se unir às massas judias para derrubar a Reforma. Esse passo permitiria ainda avançar à tarefa de libertar os explorados palestinos e judeus do veneno chauvinista e nacionalista, superando na ação coletiva comum as divisões nacionais e religiosas impostas pelas burguesias (imperialista, sionista e árabe), e que servem objetivamente à manutenção da violenta opressão nacional e segregação nacional e religiosa.

A vanguarda revolucionária deve trabalhar para penetrar ao interior dos explorados, palestinos e judeus, com o programa do fim de toda opressão nacional, e da estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. ●



BALANÇO DAS MOBILIZAÇÕES NO PERU

No dia 19 de julho, ocorreu em todo o Peru a mobilização chamada de “Terceira tomada de Lima”. O movimento, agora organizado pelo Comando Nacional Unitário de Luta (CNUL), mobilizou milhares de manifestante em todas as regiões do Peru, tendo sido mais forte nos Estados no sul do país, principalmente em Puno, Arequipa e Apurímac, onde predominam o campesinato e as nacionalidades indígenas.

As bandeiras aprovadas pelo CNUL são: renúncia de Dina Baluarte, fechamento do Congresso, novas eleições gerais, Assembleia Constituinte, retirada das tropas norte-americanas do Peru, e punição aos responsáveis pelas dezenas de militantes mortos nas manifestações do início do ano.

RESPOSTA DO GOVERNO

O governo golpista de Dina Baluarte organizou um forte aparato repressivo para conter as manifestações. Ainda no início do mês, anunciou estado de “emergência nacional de saúde” por 90 dias, para supostamente conter a propagação da síndrome de Guillain Barré. As medidas implicavam em bloqueios policiais e das forças armadas nas principais rodovias do país.

No dia 19 de julho, havia um grande efetivo de Polícia Nacional (PNP), que reprimiu as manifestações quando estas se aproximavam do Congresso Nacional. Dezenas de manifestantes ficaram feridos, e houve seis prisões.

ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONGRESSO É UM PASSO NA CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE

Pouco mais de uma semana após as manifestações, no dia 26 de julho, ocorreu a eleição para a mesa diretora do Congresso para os anos de 2023/2024. Saiu vitoriosa a chapa que uniu grupos da direita tradicional (o partido fujimorista Força Popular e a Aliança para o Progresso) com a “esquerda” reformis-

ta do Peru Livre (partido que elegeu Pedro Castillo), obtendo 77 votos, contra 39 votos para a chapa de “centro-direita”.

Após a votação, três deputados do Peru Livre romperam com o partido, denunciando que houve uma traição ao movimento mais geral que ocorre no Peru, desde o golpe contra Castillo, em dezembro de 2022.

A votação da mesa diretora, ainda mais com o apoio do Peru Livre, consolida o golpe de estado, ao fortalecer a principal instituição que promoveu a destituição de Castillo. A colaboração da esquerda com o fujimorismo constituiu uma traição ao movimento que as massas erguem nas ruas.

OS LIMITES DO MOVIMENTO

As massivas e radicalizadas mobilizações que chegaram em fevereiro a fazer com que o governo recuasse e passasse a defender novas eleições (o que foi na época recusado pelo Congresso) agora parecem ter chegado ao seu limite. Baluarte, mesmo com mais de 75% de reprovção popular, anunciou no início de julho que o seu mandato se estenderá até 2026.

A CNUL, em resposta, já convocou uma nova mobilização, chamada de “Marcha Nacional”, para o final de julho, quando se comemora a independência do Peru.

Apesar da massiva participação do campesinato pobre e das nacionalidades indígenas nas mobilizações, chama a atenção a ausência da classe operária organizada, com exceção do combativo setor da construção civil, presente desde o primeiro momento. No entanto, sem os operários mineiros e do setor de gás natural, principais ramos da economia peruana, ramos esses controlados pelo capital financeiro, o movimento tem encontrado sérios limites para conquistar as suas reivindicações centrais, de derrubar o governo e o congresso golpistas. ●

GUATEMALA / O imperialismo intervém e recorre às ilusões das massas para impor seus objetivos gerais

A crise política surgida do resultado do primeiro turno eleitoral continua sua curva ascendente.

No dia 29/06, partidos de direita questionaram o TSE pelos resultados nas eleições de 25/06, que levava ao 2º turno Sandra Torres e Bernardo Arevalo. No dia 03/07, o TSE suspendeu os resultados da eleição, e determinou a revisão dos escrutínios – A Corte de Constitucionalidade atendeu aos pedidos de partidos da direita. No dia 09/07, Sandra Torres e Bernardo Arevalo pressionaram o TSE para confirmar o resultado eleitoral. A partir de então, ocorreram diversas manifestações de rua, em defesa dos resultados eleitorais; os indígenas ameaçaram bloquear estradas, se os resultados eleitorais não fossem mantidos. Depois de uma recontagem dos escrutínios, o TSE referendou a eleição e os dois candidatos ao 2º turno.

Em 12/07, Rafael Curruchiche, do Ministério Público da Guatemala, sancionado pelos Estados Unidos em 2022 sob a acusação de criar casos falsos contra ex-autoridades, tentou suspender o Partido Semilla, de Arévalo, e conseguiu a suspensão temporária de sua candidatura e, com isso, abriu caminho ao 3º colocado, Manuel Conde, ligado ao atual governo, para disputar o 2º turno.

No dia 13/07, o TSE confirmou os resultados eleitorais – horas depois, *“armados e com os rostos cobertos, policiais da Procuradoria da Guatemala invadiram a sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um dia depois de um juiz acatar o pedido do Ministério Público para suspender o partido Semilla, que avançou para o segundo turno das eleições presidenciais. Os escritórios do TSE da Guatemala foram invadidos devido à sua recusa em cumprir a ordem questionável do juiz Fredy Orellana de desqualificar o Semilla. Orellana também foi incluído pelos Estados Unidos na lista de “corruptos”. Apesar da operação, a Corte Constitucional, instância máxima na Guatemala, anulou a sentença de suspensão do Semilla, e abriu caminho para a participação de seu candidato, Bernardo Arévalo, no segundo turno, dia 20 de agosto”* (O Estado de S. Paulo). O TSE apresentou logo depois dessa ação um “pedido de proteção” perante a Corte Constitucional (CC), contra a fiscal a cargo do processo, Cinthia Monterroso, e outros funcionários, por “vulnerar” o Estado de democrático de direito.

Dias depois, em 21/07, *“A Procuradoria da Guatemala realizou uma busca e apreensão na sede do partido Semilla, liderado pelo candidato social-democrata Bernardo Arévalo. A batida começou horas depois que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pediu à mais alta corte do país que concedesse garantias para a votação.”*

No dia 27/07, a juíza Irma Palencia, presidente do Tribunal Supremo Eleitoral da Guatemala (TSE), na sessão extraordinária do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), manifesta preocupação com o prosseguimento das eleições na Guatemala e pede apoio, obtendo uma declaração do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU.

O objetivo da ofensiva judicial contra Arevalo é obter, por cima dos resultados eleitorais, o caminho ao segundo turno de alguma das legendas “biônicas” ligadas ao governismo. Se não vingar esse objetivo, se procura facilitar a vitória de Sandra Torres, que está atrás de Arévalo quanto às intenções de votos. Pela sua filiação histórica e ligações políticas e econômicas, Torres é parte constituinte da fração da burocracia estatal e dos partidos ligados ao governo atual. Isso explica porque a perseguição judicial contra supostas fraudes eleitorais a deixou de fora de qualquer suspeita. Há mais de 12 anos no poder, essas frações resistem a ceder passagem ao candidato “social-democrata” Arévalo, candidato apoiado pela oposição burguesa e o imperialismo estadunidense. Teme, especialmente, que se acirre a ofensiva de uma fração do poder judiciário junto ao governo estadunidense contra ex-presidentes e funcionários guatemal-

tecos, por ligações com o narcotráfico e corrupção ativa. Sem qualquer apoio popular e agora isolados pelo imperialismo, conseguiram se manter no comando das instituições nos últimos anos, à base de fraudes eleitorais e golpes institucionais, a exemplo da cassação de chapas opositoras na última eleição. Eis porque a mudança é vista por esses setores como uma ameaça a seus interesses, e avançam na ofensiva judicial. De fato, a fiscal a cargo da investigação contra Semente, e imposta pelo atual governo para perseguir opositores, foi sancionada pelos EUA por casos de corrupção e atos “antidemocráticos”.

Porém, a corrupção e os “atos antidemocráticos” não seriam “suficientes problemas” para o imperialismo dar as costas a seus ex-aliados no país, e “abraçar” a candidatura de Arévalo, se não refletisse as mudanças políticas operadas nos EUA e o objetivo de reforçar os “instrumentos democráticos” para melhor servir a seus interesses (como observado também no Brasil, em janeiro de 2023). Um “fator” dessa “virada” foi a incapacidade dos governos precedentes em aplicar as contrarreformas. O levante popular de 2021 contra as contrarreformas, e que contaram com apoio tácito de parte da burguesia, que via seus negócios desmoronarem por causa da crise, demonstrou o desgaste dessas “velhas oligarquias” para centralizar a burguesia e evitar os perigos da luta de classes. Por outro lado, Arévalo tem respaldo popular, e conta com a simpatia da burguesia, pelo seu programa econômico de reformas (leia-se, contrarreformas antipopulares), e ser favorável às posições norte-americanas em política exterior. De forma que estaria “mais capacitado” no momento para aplicar as contrarreformas, e conter imediatamente as tendências de luta das massas. Essa é a aposta feita pelos EUA no candidato “social-democrata” e seu apoio farsesco “à democracia e soberania populares” na Guatemala.

As massas se mobilizaram por todo o país, em defesa da participação de Arévalo no segundo turno, contra Torres. Os EUA as saudaram como uma manifestação pacífica em defesa da democracia, e exigiram do governo que o segundo turno seja realizado entre os candidatos reconhecidos, sem qualquer interferência judicial. A defesa da democracia está de acordo com o objetivo de evitar novas revoltas populares, e pôr no comando do Estado um governo com apoio popular, para retomar as contrarreformas, e de acordo com sua política exterior anti russa e anti chinesa. Torres, por seu lado, evitou se pronunciar claramente contra a perseguição sobre Arévalo, porque seu impedimento lhe seria favorável. Sua afirmação pública contrária às manifestações democráticas (*“Guatemala não está para paralisações”*) é clara nesse sentido.

O que acabamos de assinalar demonstra porque o choque no interior das instituições do Estado e as ofensivas e contra ofensivas judiciais expressam as mudanças na situação política mundial. As massas, órfãs de sua direção revolucionária, não podem reagir a essas manobras, e erguer sua estratégia própria de poder. Ficam assim reféns das manobras das frações burguesas que visam a impor o candidato escolhido para ser seu algoz.

Eleito o novo governo burguês, as massas continuarão arcando com a destruição de salários e direitos, e o avanço da miséria e pobreza estruturais (que já afeta 60% da população). Eis a importância – histórica e imediata – de dar saltos à organização de uma vanguarda revolucionária que as ajude a avançar pelo caminho de sua independência de classe. Essa vanguarda, por sua vez, terá melhores condições para se desenvolver, quando as massas instintivamente retomarem a via da luta de classes. As reivindicações e dos métodos de luta próprios dos explorados devem ser amplamente defendidos e propagandeados, para que a vanguarda e as massas se fundam em uma só força na luta revolucionária. ●